

BRUNO MIGUEL ABRANTES QUEIMADO ROSA

PRAÇA PÚBLICA

Proposta para o Largo de São João no centro histórico de Alcochete

Vol.1

Orientador Científico: Prof. Dr. Arq. Vasco Santos Pinheiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Lisboa

2010

BRUNO MIGUEL ABRANTES QUEIMADO ROSA

PRAÇA PÚBLICA

Proposta para o Largo de São João no centro histórico de Alcochete

Vol.1

Tese apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a
obtenção do grau de Mestre, no curso de Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientador Científico: Prof. Dr. Arq. Vasco Santos Pinheiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes

Lisboa

2010

Dedicatória

Dedico este trabalho á minha família que me educou desde pequeno, sob o mesmo tecto

Aos cinco:

Maria de Lurdes Queimado - Mãe

Maria de Fátima Queimado | Anacleto Queimado - Avós

Maria João Queimado | Vitor Queimado - Tios

Agradecimentos

Desejo agradecer, de um modo geral, á família, amigos, colegas de curso e de trabalho por me acompanharem ao longo da elaboração deste trabalho e que tantas vezes perguntarem pela sua conclusão, partilhando assim a complexidade que foi realizar esta dissertação de mestrado.

Ao meu orientador, Professor Doutor Arquitecto Vasco Santos Pinheiro, e a sua contribuição para a qualidade deste trabalho.

Ao Mário Oliveira, pelo apoio ao longo do curso, pela companhia e ajuda nos desafios académicos e nos momentos de diversão e amizade.

À Raquel Nascimento, pela companhia que me fez nas bibliotecas de Lisboa na elaboração das pesquisas para as nossas dissertações, mas sobretudo pela amizade e apoio que demonstrou.

À minha mãe, Lurdes, e à minha Avó, Fátima, pelo apoio e paciência que demonstraram nos momentos mais complicados.

Resumo

A praça pública é um elemento fundamental no desenho urbano, que esteve sempre presente desde a origem das cidades até aos tempos actuais. Pensar na praça no contexto do centro histórico tem interesse particular uma vez que torna desafiante no contexto dos paradigmas actuais.

Pensando nestes temas, propõe-se uma intervenção de requalificação de um espaço em concreto no seu centro histórico - o largo de São João em Alcochete, propondo uma praça, que a história e o contexto actual pede que seja pública.

A proposta realizada teve como base uma análise de vários parâmetros, respeitando a identidade local e a paisagem urbana, traduzindo-se uma proposta que dignifica aquilo que ao longo dos tempos se tornou no espaço público de excelência em Alcochete.

Palavras-chave:

Alcochete

Centro histórico

Identidade

Praça Pública

Requalificação Urbana

Abstract

The public square is a key element in urban design, which has been always present since the origin of cities to the present day. Thinking about the public square in the context of the historical centers take particular interest in the context of current urban paradigms.

Thinking about these issues, we propose a policy of rehabilitation of a specific space at its historic center - the *largo* of S. João in Alcochete, proposing a square, that the story and the current situation calls for public square. The proposal made was based on an analysis of various parameters, respecting the local identity and the urban landscape, resulting in a proposal that honors what over the past time has always been the public space of Alcochete.

Keywords:

Alcochete

Historical center

Identity

Public Square

Urban requalification

Abreviaturas e Símbolos

C.M.A. - Câmara Municipal de Alcochete

CIAM - Congresso Internacional da Arquitectura Moderna

ICOMOS - Internacional coucil of monuments and sites

IGESPAR - Instituto de gestão do património arquitectónico e arqueológico

IHRU - Instituto da habitação e da reabilitação urbana

ONU - Organização das Nações Unidas

PDM - Plano director municipal

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Índice

VOLUME 1

Índice de figuras.....	11
Índice de gráficos	13
Índice de quadros.....	14
Introdução.....	15
1.Enquadramento teórico.....	19
1.1.Os centros Históricos	19
1.1.1.Definição de centro histórico e abordagem histórica.....	19
1.1.2.O centro histórico hoje.....	26
1.1.3.Intervir nos centros Históricos	28
1.2.A Praça como elemento urbano	33
1.2.1.Abordagem Histórica	33
1.2.2.A praça no contexto da cidade contemporânea.....	38
2.Análise da zona de intervenção - O largo de S. João em Alcochete	41
2.1.Metodologia de análise	41
2.2.A História política e social de Alcochete	42
2.3.Evolução do tecido urbano em Alcochete.....	46
2.4.Caracterização da paisagem urbana na área de intervenção	49
2.5.Área de Intervenção - O Largo de São João - Localização e Caracterização	53
2.6.Singularidades e valores arquitectónicos	57
2.6.1.Igreja Matriz de Alcochete (Igreja de S. João Baptista)	58
2.6.2.Paços do Concelho (Antiga casa-solar dos Pereira).....	60
2.6.3.Casa do Moysém.....	61
2.6.4.Edifício no Lg. de São João, nº 19 e 20	63
2.6.5.Edifício no Lg. de São João, nº 11-12.....	64
2.6.6.O poço do Largo de São João	65

2.6.7. Estátua do Padre Cruz.....	66
2.7. Os eventos sociais no Largo de São João.....	67
2.7.1. As Festas do Barrete Verde e das Salinas	67
2.7.2. Festas de São João Baptista.....	68
2.7.3. Círio dos Marítimos - Páscoa.....	68
2.8. Análise diagnóstico.....	69
2.8.1. Percepção de conjunto e estrutura funcional.....	69
2.8.2. Estado e uso do edificado.....	71
2.8.3. Vias de circulação e de acesso	74
2.8.4. Materiais e tecnologias de construção	74
2.8.5. Infra-estruturas.....	76
2.8.6. Práticas sociais	76
2.8.7. Tabela comparativa	77
3. Casos de estudo e análise comparativa com o objecto de estudo.....	81
3.1. Largo de Sansão, Coimbra.....	81
3.2. Reabilitação da Praça Garibaldi - Cantú, Italia.....	84
3.3. Reformulação da Praça José Afonso - Setúbal.....	85
4. Proposta para o largo de S. João: A praça de S. João.....	88
4.1. Objectivos e programa	88
4.2. Forma e geometria.....	90
4.3. Pavimento e Estereotomias	91
4.4. Funcionalidades e espaços programados	93
4.4.1. O enquadramento da Igreja Matriz	93
4.4.2. O espaço memória.....	95
4.4.3. Estátua do Padre Cruz.....	95
4.4.4. Poço de São João e memória á agua	96
4.4.5. Cubos-esplanada	96
4.4.6. Zona multi-usos com palco hidráulico.....	98
4.4.7. Espaços verdes	99
4.5. Vias de circulação	101
4.6. As frentes urbanas e o edificado	102

4.7. Infra-estruturas	104
4.8. Usos e práticas sociais	104
4.9. Iluminação pública na praça de S. João	105
4.10. Outros espaços	106
4.11. Quadro-resumo das mais-valias da proposta.....	108
5. Conclusão.....	111
6. Bibliografia	114
Publicações Periódicas	116
Paginas na internet	116

VOLUME 2

Introdução	7
1. Fichas de caracterização do espaço público	8
1.1. Alcochete - Localização e dados Estatísticos	9
1.2. Alcochete -Evolução do tecido urbano	10
1.3. Área de Estudo / Área de Intervenção	11
1.4. Área de Intervenção - Mapa funcional	12
1.5. Área de Intervenção - Numero de pisos	13
1.6. Área de Intervenção - Usos - (Piso público)	14
1.7.. Área de intervenção - Usos - (Pisos 1 e superiores)	15
1.8. Área de Estudo - mapa de valores arquitectónicos/perigos potenciais	16
1.9. Lg. de S. João - Perfis das Ruas	17
1.10. Lg. de S. João - Alçados	18
1.11. Apontamento Fotográfico.....	20
1.12. Identificação das fichas de caracterização do edificado	25
2. Fichas de caracterização do edificado	26

VOLUME 3

Introdução	6
1. Planta do Existente	7
2. Área de Intervenção - Planta geral	8
3. Praça de São João - Planta Geral	9
4. Largo Almirante Gago Coutinho / Igreja Matriz - Planta Geral	10
5. Pormenor Igreja Matriz	11
6a. Pormenor Pavimentos - PV1; PV2	12
6b - Pormenor Pavimentos - PV3; PV4	13
7. Localização da luminária	14
8a. Corte AA' e BB'	15
8b. Corte CC e DD'	16
9. Palco Hidráulico e área técnica - Plantas e cortes	17
10a. Alçados - Proposta de limite de cércea e correcção cromática	18
10b Alçados - Proposta de limite de cércea e correcção cromática.....	19
10c Alçados - Proposta de limite de cércea e correcção cromática	20

Índice de figuras

Figura 1 - Enquadramento do <i>circus</i> romano entre dois acampamentos romanos	34
Figura 2 - Praça de Campo em Siena, Italia	37
Figura 3 - Edifício do Largo de S. João	50
Figura 4 - Mapa do numero de pisos no largo de São João	51
Figura 5 - Pátio alcochetano	52
Figura 6 - Clarabóias nas construções típicas de Alcochete	53
Figura 7 - Limite da Área de Intervenção	54
Figura 8 - Largo de São João no Início do Séc. XX	55
Figura 9 - Inauguração da Estátua do padre Cruz	56
Figura10 - Localização de singularidades e valores arquitectónicos	58
Figura11 - Igreja Matriz de Alcochete	58
Figura 12 - Paços do Concelho	60
Figura 13 - Casa do Moysem	61
Figura 14 - Edifício do Lg. São João nº 19 e 20	63
Figura 15 - Edifício do largo de S. João n.º 11 e 12	64
Figura 16 - Poço no Lg. São João	65
Figura 17 - Estátua do Padre Cruz na actualidade	66
Figura 18 - Estatua do Padre Cruz nos inícios do séc. XX	70
Figura 19 - Esquisso da proposta para a praça 8 de Maio	82
Figura 20 - Planta da proposta para a praça 8 de Maio	82
Figura 21 - Simulação 3D da praça Garibaldi em Italia	84
Figura 22 - Boca de cena do palco na praça José Afonso em Setúbal	85
Figura 23 - Planta da proposta para a praça de S. João	90
Figura 24 - Limite entre a calçada e o edificado na praça de S. João	91
Figura 25 . Fachada da Igreja Matriz com os bancos e a arborização	92
Figura 26 - Estudo do enquadramento da Igreja Matriz	93
Figura 27 - Estudo para a proposta da plataforma da Igreja Matriz	93
Figura 28 - Corte com a estátua do Padre Cruz	94

Figura 29 - Pormenor do pavimento praça de S. João.....	95
Figura 30 - Cubos-esplanada com sombreamento ajustáveis.....	96
Figura 31 - Simulação dos cubos esplanada.....	96
Figura 32 - Corte do palco hidráulico	97
Figura 33 - Localização da estátua do Padre Cruz sobre o pedestal	98
Figura 34 - Bancos inseridos e estrutura ajardinada no início do séc. XX	99
Figura 35 - Zona de estar.	99
Figura 36 - Sentido do trânsito com a configuração actual.....	100
Figura 37 - Sentido do trânsito na proposta de intervenção	100
Figura 38 - Proposta de limite de cêrcea e correcção cromática	102
Figura 39 - Corte com os dois dos principais tipos de postes de iluminação	105

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Uso do edificado no piso público (piso térreo)	71
Gráfico 2 - Estado de conservação do edificado	72
Gráfico 3 - Gráfico 3 - Tipologias de uso no largo de São João	73

Índice de quadros

Quadro 1 - Quadro-Resumo dos principais documentos sobre a preservação e manutenção do património e centros históricos	25
Quadro 2 - Resumo dos aspectos positivos e menos positivos do lugar e estratégias de intervenção.....	77
Quadro 3 - Quadro resumo das mais-valias da proposta de reabilitação do largo de S. João.....	108

Introdução

Para a realização desta dissertação foi colocado como ponto de partida uma intervenção concreta em Alcochete, quer pela ligação afectiva á vila, quer pela oportunidade de efectuar um trabalho de investigação que realmente possa ajudar na resolução de um problema real: propor a praça pública de Alcochete.

Entre as várias hipóteses temáticas surgiram as ideias de trabalhar linhas de possíveis intervenções: planos de salvaguarda, uma requalificação urbana de media escala na frente ribeirinha, entre outros. Pretendia-se uma proposta de intervenção concreta, precisa e executável. Como o lugar já estava definido, avançou-se para a caracterização histórica da vila de Alcochete mesmo sem definição concreta do objectivo de estudo. Ao longo da investigação surge então a questão de qual, afinal, era espaço público em Alcochete ? Onde estava a praça pública que sempre houve ao longo da história das cidades e que em Alcochete não estava evidenciada? Havia uma origem que estava directamente relacionado com o centro geracional e a forma urbana medieval da vila - a tal praça pública - mas que, nos dias de hoje, não correspondia ao espaço público de referência. O largo da República¹ há já alguns séculos que não era a referência de espaço público na vila. Na verdade ele concorria (e perdia no confronto directo) com outro espaço muito mais inclinado para essa função: o largo de São João. Analisando a história de Alcochete e os conceitos de praça pública e a sua relação nas cidades ao longo da tempo e da histórica, verifica-se que, embora a génese do espaço que compreende o largo de São João seja de origem um largo, a sua configuração, a sua dimensão e o seu conteúdo funcional, cultural e humano mostram que é de facto a praça pública que Alcochete sempre teve desde o séc. XVIII a esta parte. Sendo assim, propõe-se caracterizar esse espaço como tal. Na possibilidade de assumir o largo de São João como a praça pública de Alcochete surge então o objectivo desta dissertação, que responde ás seguintes questões:

- O que é um centro histórico ?
- De que forma intervir num centro histórico ?
- O que é a praça pública ?

¹ Ver volume 2 - mapa da evolução urbana da vila de Alcochete

- Como caracterizar o largo de S. João, no centro histórico de Alcochete como praça pública ?

Imaginar a cidade Europeia sem a praça pública não faz sentido. As vezes sem nos apercebemos, quando vamos ao encontro de uma cidade numa qualquer viagem de turista vamos ao encontro da praça. O vazio urbano que nos acolhe e que nos serve de referência, o espaço onde encontramos a memória dos que fizeram a história, com estátuas, bustos ou fontes. A referência da memória e da unidade urbana. É este o tema da presente tese, a praça pública. Intervir no espaço histórico que caracteriza o lugar torna-se então num exercício desafiante.

Mas as grandes causas e os grandes objectivos, as grandes linhas de orientação, as grandes teorias dos grandes autores devem ser tão válidas para os grandes espaços e as grandes cidades bem como para as pequenas localidades es menos exuberantes. Nesta ideia tem-se como objectivo nesta proposta a manutenção do património edificado histórico e recente. Pretende-se a manutenção do espirito do lugar, mas com uma proposta de intervenção concreta que resolva os problemas que existam e que se adaptem ao que o próprio espaço solicita por si só.

Actualmente, o grande problema das cidade de uma forma geral, é a fuga da população para as periferias dos centros históricos e culturais das cidades. Foi a força da progressão social, a tendência da tecnologia, a necessidade económica. Não só isso está presente nos grandes centros urbanos, como também nos pequenos aglomerados, que sofrem muito mais, por não ter mecanismos que sustentem e fixem a população mais perto da sua génese, como actividades âncora como o turismo, a criação de eventos ou o comércio, numa política de continuação e de manutenção, olhando primeiro para dentro, para *si* para depois propor para fora, para uma expansão estruturada. Nos centros históricos encontra-se a génese que caracteriza a cultura e a história de uma população, e torna-se essencial criar formas de aproximar e cativar os habitantes para manutenção do seu património cultural, da sua identidade, do seu sentimento de pertença.

Não se poderia deixar de lado a problemática da manutenção do centro histórico de Alcochete aliado á sua requalificação com base nos paradigmas actuais. Pretende-se desta

forma, através de um exemplo em concreto no centro histórico de Alcochete criar uma matriz directrizes passível de ser repetida e adaptada a todo o centro histórico da Vila.

Para a realização deste estudo optou-se primeiro por uma análise do local com vista a caracterizar a sua identidade cultural e histórica seguindo de um enquadramento teórico dos principais conceitos inerentes á temática. A abordagem teórica dividiu-se em dois capítulos chave: a importância dos centros históricos no contexto das cidades contemporâneas e a importância da praça na composição da cidade, apontando alguns exemplos na história . Pretendeu-se nesta análise uma interpretação coerente e objectivo, evitando uma caracterização sumária e exaustiva dos momentos da histórica, mas sim uma interpretação que ajude a compreender as questões mais pertinentes direccionadas para o objecto de estudo.

A análise da área de intervenção foi realizada através de uma caracterização da zona sobre vários parâmetros incluindo o estado e uso do seu edificado e das praticas sociais, para a detecção de tendências, aspectos mais positivos ou mais negativos, realizando um diagnostico que conduziu à solução apresentada para o largo de São João. Para tal, criou-se um mecanismo de interpretação rápida através de fichas de leitura - do espaço edificado e do espaço público. Através do tratamento cartográfico e estatístico dessas fichas, completando com uma análise de observação directa, chegou-se a conclusões quanto as necessidades no espaço da área de intervenção e cruzaram-se esses dados com o conceito de praça pública, que se irá reflectir na proposta apresentada para o largo de São João.

Assim, o que foi proposto no presente trabalho foi a resolução dos problemas detectados na análise do espaço, com propostas muito concretas que ajudam a melhoras a vida dos habitantes e como consequência pode naturalmente servir de referência para a intervenção em qualquer espaço dentro do centro histórico da vila de Alcochete e na sua praça pública.

A dissertação foi dividida em 3 volumes. No volume 1 dividiu-se o trabalho em 4 partes principais: Capítulo 1: Enquadramento teórico; Capítulo 2 - Analise da área de intervenção; Capítulo 3: Casos de estudo; e por fim Capítulo 4: Proposta de Intervenção.

No capítulo 1 abordamos o tema dos centros históricos (capítulo 1.1): abordando a sua evolução na história até a contemporâneidade e indicando pistas para boa intervenções nesse tipo de espaços. Olhamos também para a praça pública (capítulo 1.2.) onde abordamos a sua importância histórica e a sua importância no contexto urbano das cidades.

Depois foi realizado uma análise da zona de intervenção (capítulo 2) , falando da história de Alcochete e das vivências no largo de São João, chegando á definição das áreas programáticas de intervenção, apresentando alguns exemplo de projectos similares em casos de estudo (capítulo 3).

No volume 2 poderá ser consultado as fichas de leitura efectuadas para a análise da zona de intervenção bem como os critérios usados para a realização do mesmo.

No volume 3 é apresentado a proposta de solução para a resolução da praça pública de Alcochete no largo de são João.

1. Enquadramento teórico

1.1. Os centros Históricos

Encontrar uma definição de centro histórico é interpretar na história, e principalmente no últimos dois séculos, as mudanças na percepção da identidade das cidades e a sua evolução social, política e ideológica. O conceito de centro histórico advém por um lado, da evolução e da adaptação do conceito de monumento - uma noção que sempre esteve presente ao longo da história das civilizações- e do abandono da cidade antiga que na história foi ocorrendo com base em vários factores. A noção de monumentalidade trás a ideia da preservação, ou seja, há a necessidade de preservar de alguma forma aquilo que as sociedades consideram ser marcos da sua história e da sua identidade por ser idolatrado e perpetuar-se ao longo dos tempos. O conceito de centro histórico apenas arrasta essa ideia alterando as unidades: do elemento singular e simbólico (o monumento) para o conjunto e a pluralidade de vários elementos (os centros). Passamos também a considerar, para além das unidades, outras dimensões: do objecto, ou objectos físicos e palpáveis, para as dimensões dos sentidos (os rituais, as manifestações, as ideologias ou a identidade colectiva). Por outro lado parece que a ideia de centro histórico veio como resposta ao abandono sistemático e necessário por força da evolução natural da cidade e dos seus mecanismos urbanos. É nesse sentido que surgem as recomendações internacionais através dos seus vários documentos e é hoje nesse sentido que falamos nos centros históricos e da forma de os reabilitar, recuperar ou requalificar.

1.1.1. Definição de centro histórico e abordagem histórica

No início do séc. XIX em França começou-se a abordar o tema da memória histórica, de uma forma muito peculiar, no contexto da Revolução Francesa, com a criação do Inspector Geral dos Monumentos Históricos em 1830, cargo concedido a Prosper Mérimée, um historiador e arqueólogo francês. Pela primeira vez de forma sistemática e científica tenta-se elaborar um levantamento dos monumentos históricos em França e introduzem-se os primeiros conceitos de salvaguarda do património. A política corrente na altura era a da manutenção do que era considerado monumento, numa perspectiva da peça isolada e singular, deixando de parte o contexto edificado ou o valor de conjunto da memória histórica. Ainda

não se distingue o conceito de centro ou de conjunto enquanto sistema a preservar ou requalificar. A problemática do centro histórico, mas sobretudo do monumento histórico, vai-se discutindo a partir daí entre os que seguem a filosofia de Viollet Le Duc e Camillo Sitte - valorizam o monumento e o seu restauro; ou com Ruskin e Morris - que defendiam a intocabilidade dos monumentos históricos e a defesa da sua morte.

Na segunda metade do séc. XIX surge a linha de pensamento de Ruskin que valoriza a forte imagem urbana da cidade medieval na Europa, como elemento memorial, embora defenda a intocabilidade desses sítios, defendendo a continuidade de habitar neles tal como foi feito no passado. Ele considerava a cidade antiga um objecto que “(...)possuía, num grau mais ou menos constrangedor, o duplo e maravilhoso poder de enraizar os seus habitantes no espaço e no tempo. (Choay, 2008 p. 195)

Embora a questão da intocabilidade não seja hoje de todo um conceito plausível, Ruskin tem um papel importante na temática dos centros históricos pois é o primeiro a incluir o que chama de arquitectura doméstica e os conjuntos urbanos no rol de referências históricas a preservar e o primeiro, em conjunto com Morris, a defender a internacionalização da defesa do património histórico, tal como hoje acontece através das cartas de referência do ICOMOS.

A partir de finais do séc. XIX as cidades foram sofrendo um crescimento exponencial devido ao surgimento das grandes indústrias com a revolução industrial. Novas tipologias de trabalho para as populações, novos tipos de deslocamentos e migração dentro da cidade, novos centros urbanos e o abandono dos centros primitivos, os centros antigos. Nessa nova senda da necessidade de expansão surgem também as primeiras políticas de saneamento urbano que visam atravessar os centros antigos e tentam criar uma matriz única que una a cidade.

Cidades como Paris com o plano de Haussmann, Barcelona como plano de Jaussely e muitas outras cidades na Europa sofrem reestruturação que pouco ou nada tendem a respeitar a estrutura medieval que se era evidente na época. Eram consideradas operações benéficas e higiénicas tendo em conta as condições miseráveis em que a população que habitava nesses centros antigos vivam. (Lamas, 1988)

Esses planos visaram acabar com a mediocridade social dos centros mais antigos, basicamente habitados pela classe operária que emergia com a Revolução Industrial obrigando-os a fixarem-se na periferia. Eram planos que atravessavam a cidade com grandes

avenidas facilitando a deslocação entre pontos fulcrais na cidade e que permitiam uma maior intervenção política no controle dos seus habitantes, principalmente porque passou a ser possível aos exércitos e às artilharia entrarem directamente em confronto com as populações sempre que tal era necessário, numa altura de alguma crispação social. Esta operação gera a tendência que sobressai por toda a Europa, algo que até então não era um fenómeno generalizado.

Mas nem Haussemann nem Ruskin traziam um consenso acerca da cidade antiga (cidade pré-industrial), embora ambos trouxessem bons princípios para a reflexão desta problemática. É com Camilo Sitte e Viollet-de-Duc que podemos compor o quadro da problemática dos centros antigos. Sitte defendia, através das suas publicações, que a cidade contemporânea pecava em qualidade estética. Com a nova escala da cidade da revolução industrial parece que a componente artística é deixada de parte. Sitte aborda a questão precisamente no exemplo da praça pública como paradigma, levantado dezenas de praças e comprovando que no modelo contemporâneo os novos espaços não ofereciam a beleza estética que considerava necessária. Sitte defende que a herança da morfológica da cidade antiga deverá ser uma base de estudo e um bom utensílio no trabalho dos urbanistas e arquitectos quando concebem a cidade contemporânea. (Choay, 2008, 194-201)

Com Viollete-le-Duc focamos outro problema importante: a questão da copia ou da réplica do passado. No contexto que se viva no seu tempo, no séc. XIX, devido ao grande desinteresse sobre o património, e com consequências para a conservação dos edificios antigos, surge o movimento com Viollete-le-Duc á cabeça que defende o hiper-intervencionismo: propor (e às vezes inventar) intervenções no edificios numa tentativa de recriar a sua configuração original. Viollete-le-Duc surge um pouco como archi-inimigo de Rustin nos seus pontos de vista sobre a preservação do património.

Sintetizando os pontos de vista de todos estes autores que trataram o património e a herança histórica, verificamos que em todos eles podemos encontrar um ponto de consenso para o que hoje se considera como centros históricos: com Ruskin definimos então pela primeira vez a importância dos conjuntos urbanos em detrimento das peças singulares, embora defendesse o não-intervencionismo; com Viollete-le-Duc vemos o contexto do restauro uma necessidade de revivalismo quase fervoroso, com Sitte temos então a importância da componente artística e do cuidado estético. Com os seus exageros e as suas

virtualidades conseguimos retirar de cada autor uma ideia comum: é necessário intervir, é necessário preservar o que é antigo e tem uma dimensão histórica.

A Revolução Industrial consegue ao mesmo tempo criar a clivagem necessária para abordar esta temática de uma forma totalmente diferente até então. Com a relação de contrastes entre a cidade antiga e a cidade nova começa-se a olhar para a cidade antiga como objecto de estudo.

O principal motivo do desenquadramento do monumento ao contexto da cidade é o facto de que, como refere Choay, até ao séc. XIX os estudiosos apenas abordavam a cidade com base apenas dos seus monumentos; por outro lado até a segunda metade do séc. XX apenas se debruçavam sobre os aspectos políticos, sociais, económicos, havendo uma vazia da questão espacial no estudo e compreensão das cidades, e depois, entre a segunda guerra mundial e os anos oitenta do séc. XX são ainda muito poucos os historiadores que surgem a falar do espaço urbano. (Choay, 1982, p.192)

Com o surgimento da ONU como entidade máxima na gestão dos conflitos e da paz mundial surgem então novas directrizes para a manutenção do património edificado e da paisagem urbana, através da ICOMOS (Internacional Concil of Monumens and Sites). Um dos primeiros documentos criados nesse sentido aconteceu com o antecessor da ONU, a Sociedade das Nações através do Serviço Internacional de Museus em Atenas²: a carta de Atenas. Neste documento assumem-se as primeiras directrizes que ainda hoje vigoram tais como os princípios gerais e o enquadramento teórico e legislativo do restauro e protecção dos monumentos. Os pontos da fortes da carta, interpretado por Flávio Lopes³, são a valorização do colectivo face ao individual, a aceitação do uso de novos materiais que permita consolidar os edifícios antigos e a pluridisciplinaridade no momento da intervenção. A destruição das cidades que constituíram os principais palcos de conflito nas guerras mundiais, principalmente da 2ª Grande Guerra, permite que o conceito do Movimento Moderno, com de Le Corbusier em destaque, tome especial relevo. Destaque para as reuniões do CIAM onde pela primeira vez se vai falar do futuro da arquitectura, do urbanismo e das áreas do design.

² Conferencia realizada entre 21 e 31 de Outubro de 1931.

³ LOPES, Flávio (1993). *Património arquitectónico e arqueológico - cartas e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte

Este conjunto de directrizes visam sobretudo o conjunto edificado de destaque ou a sua monumentalidade, deixando quase fora do contexto a paisagem mais “modesta”, designação dada as obras que ganharam com o tempo uma significação cultural. Mas só com a carta de Veneza de 1964, trinta e três anos depois da carta de Atenas, surge pela primeira vez a referência aos conjuntos urbanos, embora foque sobretudo o restauro e “*estabelece princípios ainda hoje assumidos pela maioria dos técnicos*” (Lopes, 1996, p.13). A carta de Veneza prevê a integração de um estudo histórico e arqueológico que sustente novas intervenções e o respeito pelas várias épocas que o próprio edifício sustente, aplicando novos conhecimentos científicos que comprovem ser eficazes para a conservação do património. O conceito de “Centro Histórico” e “Salvaguarda” surge nas convenções internacionais mais tarde em 1976 com a “Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e à Sua Função na Vida Contemporânea” na 19ª reunião da UNESCO em Nairóbi, citando:

“Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo o grupo de construções e de espaços, incluindo os lugares arqueológicos e paleontológicos, que constituem uma fixação humana, quer em meio urbano e quer em meio rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico estético ou sócio-cultural.

Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os antigos bairros urbanos, as aldeias e os casarios, assim como os conjuntos monumentos homogéneos, entendendo-se que estes últimos deveriam, por regra, ser conservados cuidadosamente, sem alterações.” (Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea, 1976)

Mais tarde em 1987 surge a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas, produzida pelo ICOMOS que pela primeira vez torna relativo a questão do monumento e centra-se principalmente no conceito de Plano de Salvaguarda e da necessidade de relacionar os centros históricos com a envolvente e os planos urbanísticos, apresentando as directrizes que hoje se assume como fundamentais nas propostas de intervenção nos centros históricos. Com a carta de Salvaguarda das Cidades Históricas temos como principal foco, não só as cidades grandes ou pequenas, mas também os bairros ou centros históricos e tenta criar directrizes que evitem a sua destruição.

O conceito de centro histórico, nos padrões que hoje assumimos é então relativamente recente no que diz respeito a contextualização jurídica e a sua repetição nas várias disciplinas

de estudo ou nos meios de comunicação e corredores dos serviços técnicos das câmara municipais.

Em suma podemos definir os centros históricos como a parte de cidade que tem uma carga histórica e cultural que caracteriza a identidade local e que tenha uma continuidade que foi participante ao longo do tempo para caracterizar essa cultura, essa identidade, e que deve ser respeitada, transmitida e manuseada nos tempos futuros. A definição de zonas de enquadramento especial como denominados centros históricos é importante para a manutenção da cidade no futuro.

Outras cartas da ICOMOS foram referenciando o assunto moldando o tema conforme as necessidades do seus tempos, resumindo as principais cartas no seguinte quadro-resumo:

Ano	Documento	Palavras-chave	Principais medidas adoptadas
1931	Carta de Atenas	• Monumento • Restauro	•Primeira legislação em matéria de protecção e conservação de monumentos artísticos e históricos •Primeiros princípios para o restauro •Colaboração de especialistas multidisciplinares
1964	Carta de Veneza	• Monumento histórico • Testemunho histórico • Conjuntos urbanos modestos	•Consideração pelos conjuntos modestos com significação cultural • Necessidade de inter-disciplinaridade • Preservação da imagem urbana • Incentivo á divulgação cultural do património
1972	Convenção para a protecção do património cultural e natural	•Lista de Património •Prestigio e projecção internacional	• Sistema mundial de protecção do património cultural

Ano	Documento	Palavras-chave	Principais medidas adoptadas
1975	Carta Europeia do Património Arquitectónico	• Conservação Integrada • Património Arquitectónico	• Primeiro afastamento do monumento isolado e integração do conjunto antigo construído e do património cultural na questão da valorização do património arquitectónico • Conceito de conservação integrada onde entra em acção estudos de planos urbanísticos, meios jurídicos, técnicos, administrativos e financeiros
1976	Recomendação relativa á Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua função na vida contemporânea.	• Centro Histórico • Salvaguarda	• Definição de conjunto histórico • Promoção da Salvaguarda dos Centros Históricos
1985	Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa	• Legislação • Política de Salvaguarda	• Criação de legislação com medidas concretas para a manutenção do património arquitectónico.
1987	Carta Internacional para a Salvaguarda dos Cidades Históricas	• Plano de Salvaguarda	• Urgência de delinear um plano para a salvaguarda das cidades históricas. • Integração com planos sociais, políticos e urbanísticos. • Preocupação com a envolvente física e natural.
1990	Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico	• Plano de Salvaguarda e Ordenamento do Território • Gestão partilhada	• Articulação da salvaguarda do património como o ordenamento do território.
1992	Carta para a Protecção do Património Arqueológico	• Colaboração Internacional • Promoção do património	• Reforça a legislação para a protecção do património e reforça a relação entre os estados membros da UE.

Quadro 1 : Quadro-Resumo dos principais documentos sobre a preservação e manutenção do património e centros históricos.

1.1.2. O centro histórico hoje

Normalmente, entende-se como centro histórico aquela parte da cidade que é antiga e central. Mas nem sempre esta interpretação é evidente. Estamos perante uma problemática de maior dimensão: nem sempre os centros são centros, e nem sempre o histórico tem história (Santos, 1998). Outra questão se levanta: se o que é histórico o é, está então na mãos de quem o define: os historiadores ou outros agentes politicamente responsáveis. Se por um lado é fácil (para os habitantes) entender o que é central no contexto urbano, definir o que é histórico não nos está directamente acessível, excluindo claro a sensibilidade de o definir por nós próprios segundo critério próprios. No entanto o contexto aqui será a definição política, que trás consequências para as políticas de intervenção.

Os centros antigos transmitem também uma percepção de que apresentam uma maior urbanidade em contraste com aquela que actualmente é produzida e esse é um aspecto persuasivo que os centros antigos trazem e que podem contribuir para que o cuidado ao intervir ao nível do conjunto urbano seja maior. (Asher, 2010)

A definição de centro histórico torna-se uma definição perigosa quando a forma de a compreender e de projectar uma actuação. A segregação de uma área específica em detrimento de outra, quer pela sua antiguidade, quer pela sua qualidade pode causar uma clivagem na integração de um todo, que deve ser a forma correcta como se assimila uma intervenção que tem sempre como objectivo a qualificação de cidade. No entanto, é compreensível que, embora haja diferenças de uma zona denominada de *histórica* para com as zonas de construção mais recente, haja uma denotação assumida. Talvez então deveria-se alterar um pouco os termos, e tal como refere Nuno Portas, substituir centros por áreas e históricas por antigas: áreas antigas (Portas, 1983). Existem também outros valores que se sobrepõem ao conceito de antigo, tal como refere a recomendação para a salvaguarda dos conjuntos históricos, “*a conservação dos conjuntos históricos reveste-se de grande importância para as populações que procuram preservar a sua verdadeira dimensão cultural*

e a sua identidade⁴”. Estamos então a falar de cultura e de identidade, de passagem de testemunho, de qualificação de uma comunidade. O mesmo documento destaca:

“Considerando que os conjuntos históricos fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os modelou, e que esses conjuntos garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar (...)”.

Não se deve assumir então os centros históricos como um somatório de tudo o que é antigo, isolando-o do restante, mas antes como o principio (o principio cultural e de identidade já que nem todas as zonas históricas foram de facto o principio da cidade) de um todo que representa culturalmente e historicamente a cidade, integrando-o no conjunto.

Com o avanço da indústria e da descentralização das populações tem-se verificado ao longo das ultimas séculos a fuga para as periferias, o que obriga a olhar para o centro antigo de uma forma diferente, alterando principalmente a sua função. Isso deve-se sobretudo a dois factores: a especulação imobiliária que faz encarecer o terreno e a inflexibilidade que a conotação “centro histórico” trás e que impede por vezes de intervir de forma a revitalizar os centros antigos. Torna-se então fundamental um modelo que sustente as zonas antigas. Nesse aspecto, o que se tem verificado é a aposta em actividades comerciais e turísticas para atrair as populações em conjunto com uma tentativa de re-habitar e ocupar o lugar de habitante na zona histórica. Se por um lado é fundamental atrair a população de fora, torna-se mais importante caracterizar o espaço com população local, já que a identidade do sitio não se resume apenas a sua imagem física, à sua caracterização arquitectónica - paisagem urbana - mas sim também a sua paisagem humana e a comunhão entre as duas. Como refere Fernandes, *“(....) o exemplo da deslocação maciças da população dos centros das cidades para novas áreas de expansão periféricas , resultam quase sempre gravosos, quer em termos sócio-financeiros quer em termos sócio-psicológicos”.* (Fernandes, 1983, p.134). Este conceito visa sobretudo a questão da identidade e da “personalidade” o lugar. De facto, quanto menor a identificação com o lugar menor o interesse pelo mesmo, menor o cuidado social e

⁴ Resultante da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na sua 19ª reunião, realizada em Nairobi (Quénia), de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976.

efectivo, o cuidado com a manutenção do espaço, menor a valorização e o **sentimento de pertença**.

1.1.3. Intervir nos centros Históricos

No contexto da sua reflexão sobre os princípios para um plano de salvaguarda sobre a Baixa Pombalina, existem dois princípios fundamentais a compreender: a matéria e o espírito. A matéria tem a haver com o conjunto urbano, com a sua caracterização; o espírito tem a haver com a sua identidade (a sua génese, que compreende a matéria). “*Esses princípios (...) deverão resumir-se a duas palavras-chave: respeitar e animar.*” (Matos, 2006). Esta reflexão é em relação a Baixa Pombalina, mas adapta-se a qualquer contexto: deve-se “respeitar” o lugar, respeitar a história, a cultura, o desenho, mas adaptando as necessidades actuais, propondo “animar”, através de ideias inovadoras a pensar na população e não tratando o espaço histórico como algo que deva estar ao nível de uma peça de arte em exposição num museu.

Muito mais que os aspectos físicos, o aspecto simbólico e espiritual é o elemento preponderante quando se intervém no espaço histórico. Os rituais, as histórias, as lendas, os cheiros, as texturas, as tradições, as comemorações fazem parte da cultura e embora se pense intervir no património edificado é fundamental estar atento a estas questões. É importante proteger essa herança mas ao mesmo tempo também é importante garantir que se prolonga no tempo. É no espaço físico que estas manifestações acontecem portanto é da responsabilidade de quem intervém que tenha em consideração este aspecto, através de uma atitude tolerante e pluridisciplinar.

É necessário não ter receio de inovar. As referências do passado nas políticas de conservação e restauro não têm de continuar a ter a conotação de medo e a inércia para a mudança. Deve haver uma política pragmática e prática: não elaborar um plano para resolver um problema, mas sim um plano para resolver vários problemas de uma vez só; efectuar um plano que tenha como ponto de partida a promoção das actividades sociais.

O desenho urbano torna-se fundamental para uma proposta de requalificação. A qualidade do desenho urbano promove a diversificação das actividades sociais, e o espaço público é o espaço desenhado. Nesse contexto existem alguns caminhos fundamentais para a realização de uma proposta em centros antigos. Primeiro desenhar o espaço público em articulação com os eixos de continuidade com a envolvente. Depois, garantir a permanência de pessoas ao espaço: pelo menos 30% a 50% de habitação deve ser mantida e estimulada, uma vez que é das pessoas que vive o espaço público e a sua vivacidade será garantida com a presença da população residente. (Borja, Brandão, 1998) Embora a tendência e o modelo que economicamente pode sustentar uma intervenção no espaço antigo seja a fomentação das actividades ao nível do piso térreo é importante continuar a pensar a habitação e estimular por isso uma aproximação das populações das periferias de volta para o centro antigo. É importante também uma forte participação do sector público para ajudar a regular as políticas aplicadas e pensar que o espaço público deve ser um investimento económico para o bem de todos, também com a participação das empresas.

A intervenção através do desenho urbano pode ajudar a resolver muitas questões, mas sem um acompanhamento político, numa atitude de descentralização democrática que ajude a enquadrar o espaço antigo com a população e a periferia, o desenho urbano não será suficiente. (Fernandes, 1983 p. 135).

Existem uma série de factores que tem de ser considerados, e que é coincidente com o que defende Lynch. Kevin Lynch faz um trabalho excepcional com o seu livro *A Imagem da Cidade* que nos desperta para as questões da percepção de três cidades⁵ e dá um contributo importante sobre a forma como percebemos o espaço. Tem um contributo também importante em *A Boa Forma da Cidade* que nos transporta para as questões do planeamento urbano, das dinâmicas funcionais e sistémicas da cidade através de cinco dimensões: vitalidade, sentido, adequação, acesso, controlo, eficiência e justiça. Numa interpretação livre, podemos analisar cada um destes pontos e projectá-los para o objecto de estudo em questão:

Vitalidade: Trata-se de garantir a saúde do espaço e dos seus utilizadores, através de três pontos fundamentais: a sustentação, a segurança, a consonância. Este aspecto, segundo o autor, é o menos considerado, mas não deixa de ser importante, principalmente hoje quanto a

⁵ Boston, Los Angeles e Jersey City

palavra de ordem é a sustentabilidade. A garantia do funcionamento logístico, tal como a boa circulação das pessoas e dos bens, das redes de transporte e a sua segurança são fundamentais. A manutenção da saúde do lugar e a garantia do seu acompanhamento e monitorização é um ponto fundamental quando se pensa em intervir nos espaços, ainda com especial atenção nos espaços antigos. Por norma, os espaços antigos não estão preparados para o automóvel, para as pessoas com necessidades especiais e para o avanço das novas tecnologias de comunicação, resultando muitas vezes numa ineficiência ou numa descaracterização do espaço.

Sentido/significado: A particular união entre os modos de ser e a cultura e o espaço urbano. Muito particular e que depende de pessoa para pessoa, tem na configuração urbana um elo comum. A definição de espaços específicos para a realização de eventos locais ajudam a criar o *sentido* em relação ao espaço que se habita. As festas, as romarias, as manifestações públicas não tem sentido sem o espaço urbano que normalmente as identifica. Por um lado pode haver espaços onde essa associação se torna mais íntima e menos generalizada, como por exemplo, o jardim onde se encontra o casal de namorados, o pátio onde se jogava as escondidas em criança, o apoio onde se espera o autocarro mesmo ao lado da própria paragem, etc. Os grandes espaços para este tipo de manifestações são as praças e as grandes ruas, como as avenidas ou alamedas: o espaço público.

Também os vestígios históricos e os monumentos tem um papel fundamental no sentido que o espaço assume. É importante garantir o acesso ao monumento e ao marco histórico, o acesso público e uma boa integração com a envolvente. Os espaços históricos ou antigos são, por definição, um marco histórico importante. Mais que pensar então em como intervir interiormente, á que pensar como garantir que toda a envolvente participe e tenha acesso directo aos elementos históricos.

Outro factor importante é questão da identidade, do *spiritu loci*⁶ A declaração e Québec⁷ em 2008, patrocinada pela ICOMOS, vem adicionar oficialmente pela primeira vez, ao vasto conjunto de documentos e cartas sobre o património e a sua preservação este tema:

⁶ Traduzindo do Latim: Espirito do Lugar

⁷ Reunião na histórica cidade de Québec (Canadá) de 29 de setembro a 4 de outubro, 2008, a convite do ICOMOS, Canadá, na ocasião da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS e dos festejos do aniversário de 400 anos da fundação de Québec.

“ O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objectos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.”

No seu conjunto, a preservação do património edificado tem um conteúdo intangível que tem haver com a cultura e com os ritos locais, e é fundamental o acompanhamento dessas referências quando se considera intervir nesses espaços.

Adequação: Por vezes há a tendência generalizada para o comportamento sistemático e que não foi programado. Quantas vezes se atalha caminho pelo meio do jardim e se foge ao percurso delineado? Ou quando nos sentamos num espaço que não foi designado para tal. Muitas vezes aquilo que se programa para o espaço acaba, por um lado por não acontecer; por outro lado, por se extinguir, tornando-se obsoleto. Um diagnóstico precoce pode ajudar a identificar essas anomalias e delinear formas de adequar o espaço as suas tendências funcionais e desta forma tornar o espaço funcionalmente mais saudável. Ao longo dos tempos o comportamento humano vai se modificando e adaptando-se ao meio em redor, na mesma forma que a própria cidade deve-se adaptar as mudanças e evitar as resistências temporais á evolução dos tempos.

Acesso / Acessibilidades: no contexto urbano existe varias tipologias de espaço e o acesso aos mesmos é de uma importância vital. A caracterização desses espaços ultrapassa aquilo que por vezes é evidente. Existe um espaço de estar - que pode ser uma praça, um largo, um recanto, um banco - um espaço simbólico - muitas vezes associado á memória cultural ou a vivências pessoais - um espaço necessário - como todo o espaço necessário na orgânica social e na vivência diária - e um espaço especial - o espaço qualquer que represente qualquer coisa para qualquer um. O acesso a esses espaços tem de estar garantido e facilitado.

Controlo: para além das políticas fundiárias e das políticas de responsabilização, o mais visível no controlo do espaço, existe outros mecanismo mais subtils e atingíveis que podem ajudar a tomar controlo do espaço, tais como a diferenciação através dos aspectos visuais - texturas, cores, padrões - e de aspectos sensoriais - cheiro, o som, etc. Através destas diferenciações conseguimos estabelecer regras para a aplicação dos direitos espaciais, que

Lynch refere como o direito de estar e excluir as outras pessoas, o direito de uso sem apropriação, o direito de apropriação, o direito de modificação e o direito de dispor.

Eficiência e Justiça: é difícil atingir todos estes pontos quando intervirmos na cidade, ainda mais difícil se torna intervir nos centros históricos. Na verdade, torna-se uma utopia fazer a interligação de todos estes pontos de forma garantir a vitalidade ideal do espaço e garantir a justiça a todos os utilizadores. Vários factores impedem que a solução encontrada para intervir na cidade histórica seja a mais justa e eficiente para todos.

Se todos estes pontos forem considerados numa proposta de intervenção num centro histórico, temos em princípio a garantia de um compromisso de qualidade para com a população.

Concluindo, podemos dividir uma política de reabilitação dos centros histórico e antigos com base no seguintes princípios:

- Conexão com os principais eixos de comunicação numa perspectiva de unificação da cidade.
- Valorização do comércio e serviços ao nível do piso público (incentivar as relações interpessoais).
- Valorizações de actividades âncora como o turismo ou os eventos culturais ou desportivos.
- Estimulação de sinergia entre o espaço e os habitantes.
- Adaptação dos sistemas estruturais existente aos novos paradigmas, como por exemplo a adaptação da dimensão antiga á dimensão moderna.
- Aplicar uma política consciente que vá de encontro a manutenção ambiental e de sustentabilidade urbana.
- Garantir uma taxa aceitável de habitação (entre 30% a 50%)
- Manutenção e preservação do edificado, dos monumentos, dos rituais históricos e das tradições, (identidade cultural e *spiritu loci*).
- Programação e controlo dos espaços e das actividades (através, por exemplo, do desenho urbano e da caracterização física dos espaços).

1.2.A Praça como elemento urbano

*“UMA CIDADE não é UMA GRANDE CASA
UMA CASA não é UMA PEQUENA CIDADE
UM GRANDE EQUIPAMENTO não pode ser SOMENTE UM EDIFÍCIO
UMA CIDADE não é feita DE CORREDORES E SALAS*

*UMA CIDADE
é feita de RUAS E PRAÇAS
DE BLOCOS URBANOS E MONUMENTOS” (Krier, 1999, p.158)*

1.2.1.Abordagem Histórica

Ao olharmos para a cidade podemos fazer uma analogia em comparação com uma habitação. Existe um espaço para recolher, um espaço para conviver, um espaço para não estar e um espaço para estar. A praça é por excelência o espaço de estar de uma cidade. Tal como nas nossas casas recebem-se as visitas na sala, é na praça que os transeuntes se sentem recebidos. *“Without ringing declaration on the subject, cities of every age seen fit to make provision of open spaces thaht would promote social encontros and serve the conduct of public spaces* *“(KOSTOF, 1992, p123). Enquanto as ruas são os canais que transportam as pessoas, as praças são o destinatário. Enquanto que na rua somos conduzidos, na praça somos livres. “(...) The charter of public places is freedom of action - and the right to stay inactive” (KOSTOF, 1992, p. 123). O resultado do vazio urbano a qual podemos chamar largo ou praça depende ou de uma atitude ordenada e coordenada , como um plano definido, ou o resultado das intervenções ao longo do tempo, no que diz respeito aos usos e costumes da população no contexto social, religioso e político, numa operação que não é linear, quanto a principio possa parecer, mas sim complexo no contexto urbano (Teixeira, 2001).*

A morfologia do território pode condicionar o surgimento da Praça: na cidade junto a uma frente de água desenvolve-se de forma diferente de uma cidade que se desenvolve em torno de um castelo num planalto.

A praça pública tal como normalmente conhecemos tem origem na cidade medieval. A praça na época medieval tem uma importância ímpar no contexto urbano da época e que é transportando para o presente. O fervor religioso da época condiciona a forma de organizar o espaço.” *A praça principal apresenta-se com frequência ligada a uma estrutura religiosa, igreja ou convento”(Barbosa, 1993). É principalmente á volta da Igreja Matriz que de*

desenvolve a praça pública. Mas a centralidade em volta do edifício religioso não é exclusivo, havendo também nas cidades que se desenvolvem, por exemplo, junto das frentes de água a existência de um porto ou de um cais que proporciona o desenvolvimento da praça pública. O exemplo mais notório que podemos encontrar em Portugal em relação á praça que depende do porto ou cais é a Praça do Comércio. Antes do terramoto que destruiu Lisboa ela já existia, e Eugénio dos Santos e Carlos Mardel fizeram questão de a manter, adaptando-a aos novos conceitos iluministas e a rigidez ortogonal do plano de Lisboa do Marquês de Pombal. Esta atitude de memória da praça pública é também assinalável em outras duas praças na capital do país: A praça D. Pedro IV, vulgo rossio, foi no tempo romano parte do *circus* romano, que no tempo medieval era o *rossio* de Lisboa, e que é uma das praças principais mantidas após o terramoto; a Praça da Figueira: onde na altura da construção do parque subterrâneo se detectou as fundações do hospital medieval de todos-os-santos, destruído no terramoto, mas que os projectistas da nova Lisboa ortogonal quiserem preservar na memória, construindo uma praça.



Figura 1 - Enquadramento do *circus* romano entre dois acampamentos romanos.
O acampamento da direita é onde está implantado o castelo de Lisboa.
Fonte: desconhecida.

Para além de todos estes aspectos, os espaços públicos, tais como as praças, carregam consigo o hábito de albergar rituais de actividades em conjunto e de comunidade, tais como festivais, festas locais, manifestações, eventos, etc. Como afirma Kostof, “*the square is where we exercise our franchise, our sense of belonging*” (1992, p 124)

Além do factor religioso, o factor comercial e o factor humano existe também um factor mais arbitrário que tem haver com a própria evolução do tecido urbano. A intercepção de ruas, de caminhos principais pode contribuir para o surgimento das praças e dos largos. Morfologicamente falando, um largo é o espaço resultante da intercepção de duas vias que se cruzam (não considerando os cruzamentos) ou o espaço que sobra da intercepção de uma via com um vazio urbano. Maior parte destas premissas resulta de uma atitude não programada e sendo assim, sem uma intencionalidade no desenho urbano. A característica fundamental que distingue o largo da praça, a sua intencionalidade no desenho urbano. Enquanto o largo surge de forma espontânea, a praça - embora possa derivar dessa espontaneidade, tem uma intencionalidade no seu desenho urbano e no seu programa.

O que torna diferente a praça do largo, e a torna especial, não é o motivo nem a forma como esse espaço surge, mas acima de tudo da dimensão. Não a dimensão abstracta, mas sim a sua relação com o todo: a sua escala humana.⁸

Essa atitude de intervir programando e desenhando torna-se evidente a partir do Renascimento, quando se intervém nos pequenos espaços vazios, como os adros das igrejas e dá-se um programa e uma forma (Lamas, 1998).

Olhando para a história podemos começar por enquadrar o tema das praças olhando para as cidades gregas. A *agora* era o espaço público por excelência, definida junto a um santuário onde se encontravam todos os edifícios políticos e administrativos. Mais tarde, com o deslocamento do poder para os palácios, torna-se um espaço predilecto para as trocas comerciais, e os edifícios, muito mais do que para serem usados, eram para serem vistos, deslumbrados.

Com os Romanos esse espaço aberto é o “fórum”, espaço social de referência, não muito diferente do conceito grego do *agora*. Aqui torna-se mais evidente o traçado regular

comparando com os gregos. No fórum romano temos um contexto mais económico e religioso. Ali funcionavam os mercados e estavam colocados os principais templos de adoração aos deuses romanos. Era um espaço fundamentalmente de reunião e para a troca de ideias, e de opiniões.

No período medieval a cidade vai-se desenvolvendo de uma forma aparentemente orgânica e espontânea com a rua a tomar destaque na composição do desenho urbano como o espaço público preferencial. Entre os séc. XII e XIX a fuga do campo para a cidade em busca de novos empregos trás uma nova realidade na configuração das cidades, aliado a massificação da agricultura surge uma nova burguesia, novas actividades, crescimento demográfico assinalável, com a criação de algumas cidades novas, as chamadas vilas medievais, normalmente associados a manutenção defensiva, com autenticas fortificações, novas vilas medievais.

Devido às suas muralhas, obrigava-se à compressão do espaço entre muros na busca do melhor aproveitamento de espaço possível, razão pela qual a cidade medieval apresenta-se com uma malha aparentemente descoordenada.

A praça aqui surge relacionada directamente com os mercados e com os espaços anexos aos templos e as igrejas, com as portas das cidades ou nos centros das mesmas (ai associadas sobretudo ao pelourinho, onde se controlava as populações efectuando castigos públicos) fruto da necessidade de alargar no espaço já por si muito denso espaços para as actividades diárias, efectuando a demolição do espaço construído dos lotes medieval. O mercado diário sobre o mercado semanal requer espaços mais amplos e normalmente aproveitava-se o espaço anexo ao adro da igreja ou junto às muralhas. Não é no entanto consensual entre os autores a questão da intencionalidade da praça medieval ou do desejo de uma regularização geométrica, tratando-se sobretudo de ser uma questão de necessidades que surgiam ao longo dos tempos. A praça na cidade Italiana ganha considerável destaque em contraste com o resto da Europa. Num pronúncio do que seria o Renascimento, surge uma tentativa de regularizar o espaço, bem como uma atenção especial no que diz respeito a outros elementos caracterizadores, como fontes, estátuas ou monumentos. (Garcia, 2000). Sitte, que analisou a cidade numa perspectiva artística com o paradigma das praças, e portanto um entusiasta do assunto, refere em relação as praças italianas, “(...) *Estas plazas, primosamente ornamentadas, aún en la Edad Media y el Renascomineto, eran prez y alegria de las cidades: concentróse en ellas el*

trafico, celebráronse fiestas públicas, solemnidades y cerimonias de estado, se promulgaban leyes, etc.” (Sitte, 1889/1926, p. 16)

Surge também uma primeira preocupação com a imagem cénica na composição das fachadas e da leitura do utilizador fase ao conjunto. Destaque para a praça do Campo de Siena, com a sua forma em concha assente numa topografia irregular mas que é acompanhada na sua composição por um declive direccionado para um ponto central. O visitante tem uma percepção nítida da leitura de conjunto em relação as fachadas, em termos de cor, de materialidade e na composição urbana.



Figura 2 - Praça de Campo em Siena, Italia
Fonte: Giovanni Drogo em www.giovannidrogo.com/

A praça surge com todo o seu esplendor no Renascimento, e com o Barroco entre inícios do séc. XV e finais do XVIII. Aqui a praça é pensada com base na simetria e na composição geométrica. É o espaço público para ser visto, o cenário perfeito na cidade onde se coloca as estatuas e as fontes. É o espaço urbano para embelezar e decorar, para criar um cenário que transmita o espírito do lugar e da população, e *ex libris* da cidade.

Vive-se um pouco por toda a Europa uma inquietação relacionada sobretudo com os conflitos religiosos. Com o final da Guerra dos Trinta Anos⁹ e o fim da paralisação da Europa há uma proliferação do gosto pela arte italiana, que molda também os princípios de

⁹ A guerra dos trinta anos foi um conflito generalizado pela Europa (entre 1618 e 1648) que colocou católicos e protestantes numa acesa luta, terminando com a aceitação da liberdade de culto de cada crença através dos Tratados de Münster e Osnabrück.

organização da cidade por toda a Europa. Com a rejeição do obscurantismo do conhecimento medieval e a emancipação do conhecimento científico e das artes, impulsionado pela novidade e invenção da imprensa acelera-se a divulgação às massas. Com a descoberta dos textos de Vitruvio nasce um frenesim com o clássico e muda a perspectiva de olhar a cidade, a composição geométrica, a descoberta da perspectiva, a composição e os ritmos vão dar um novo tom ao espaço público: direcção e movimento são as palavras de ordem.

A rua ganha novo destaque, as grandes avenidas com a novidade de se tornarem eixos ordenadores e de ligação muito mais do que eixos funcionais como acontecia durante a época medieval, e como abandono das antigas fortificações, a cidade expande-se para o exterior, começando a surgir o conceito de periferia, que até então não era evidente. A praça mostra o prestígio político e a grandiosidade do povo com os seus monumentos, com o grande foco para o tridimensional. Existe uma tentativa de regularizar os traçados medievais e adapta-los ao novo paradigma. A praça barroca agarra também com uma grande importância os ritmos das fachadas dos edifícios envolventes.

Durante o séc. XIX, no que diz respeito à praça, assiste-se praticamente a um prolongamento do idealismo barroco sem grandes alterações. Com a refinação da cidade burguesa assiste-se principalmente ao surgimento das grandes avenidas, alamedas e parques. O traçado regular volta a ganhar destaque e não existem grandes alterações em relação à praça.

Com a evolução das relações sociais através dos avanços dos meios de comunicação o desafio que a praça apresenta de futuro é perceber o seu lugar na cidade e adaptar a sua participação com base nos paradigmas da cidade contemporânea.

1.2.2. A praça no contexto da cidade contemporânea

Um dos grandes problemas da cidade contemporânea é, de um modo geral, a ausência da criação do espaço público. Como já foi referido, actualmente a cidade e a sociedade vivem segundo os padrões do mercado de capitais e do mercado das comunicações, hoje num contexto altamente impessoal e a distância só ultrapassáveis através das tecnologias, do email e das redes sociais virtuais.

Hoje o fórum - o grande espaço de troca de ideias no período romano - existe sobre a forma de *inputs* e *outputs* no écran de computador e nas redes de internet. A falta de iniciativa que existe hoje em dia em criar e programar o espaço público condiciona naturalmente a criação de novas praças.

Porém, parece que a praça é dos elementos que mais é negligenciados no pouco espaço público que é programado - talvez porque requer uma dimensão maior em relação às ruas, avenidas, alamedas; ou talvez porque, aparentemente, parece não fazer sentido de quem programa o espaço. De facto, a praça em relação aos outros espaços urbanos carrega consigo uma conotação - principalmente na Europa - ligado a identidade, à história e a memória. Na criação da “cidade nova”, em espaços que tem uma ausência de toda essa identidade torna-se menos evidente uma motivação para criar a praça.

O que assistimos hoje em dia é à manutenção das praças que surgiram ao longo dos tempos do que programação de novos espaços que possam funcionar como tal. Em causa está o facto de, no contexto da nossa sociedade actual tende-se a render o mais possível o espaço para construção, tornando-o economicamente desinteressante para a criação do “vazio”. Desta forma não há possibilidade da praça se manifestar¹⁰.

Hoje, a praça está praticamente fora das novas concessões urbanas. A forma como actualmente comunicamos condiciona o tipo de encontro pessoal e a função da praça compromete-se. Já não se torna excitante, como antes, o encontro com a praça pública. O poder dos novos sistemas de irrigação matou o poder socializante da praça pública. (Kostov, 1991, p. 181) , as grandes superfícies comerciais estragaram o gosto do comércio de rua e do encontro com incógnitos nas praças. “*Havia uma tradição de há cem ou cinquenta anos em que o espaço público era desenhado, plantado e embelezado a pensar nas pessoas*” (Salgado et al., 2002, p.90) . Tem de existir forçosamente uma nova abordagem para a manutenção ou a criação da praça pública. “*The main or steady uses of public places are very few; the improvised or occasional uses, quite diverse*” (Kostof, 1992, p. 144) .

É a consequência da evolução ao longo do tempo e dos novos paradigmas. Actualmente assistimos muito mais ao estrelado do comércio e dos serviços. Hoje os monumentos continuam nas praças mas a principal atractivo do público é a interacção social

¹⁰ CUNHA, Luiz in ISCTE - Coloquio Portugal- Brasil (2001). *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte

sobre a bandeira da actividade comercial. Hoje é esse o principal atraente, e se verificarmos acontece precisamente esse fenómeno nos grandes centros comerciais. As pessoas trocam o espaço público pelo espaço fechado e é esta a principal razão.

Hoje com o avanço tecnológico que assistimos temos de adaptar as novas formas de cativar o público, principalmente nos casos onde a força local e cultural não são fortes. Em algumas das praças existentes hoje esse questão não se coloca, quase todas estão inseridas num contexto histórico e cultural muito forte, mas não deixa de ser preponderante adaptar novas formas criativas para a reanimação do espaço. Para além da valorização arquitectónica, a requalificação do espaço com base no desenho urbano e da aplicação de uma metodologia da arquitectura tem de haver uma política de acompanhamento com a participação de outras áreas agora mais preponderantes, tais como a publicidade e o marketing, sistemas interactivos ou a valorização de actividades artísticas com a participação local. Como afirma Luiz Cunha “(...)muitos dos esquemas volumétricos que , na intenção dos planeadores (...) se deveriam configurar como praças, acabam por ser alterados e substituídas por composições mais densas onde a lógica do cifão predomina.” (Cunha, 2001, p. 237)

Podemos dizer que a criação de praças está em falência, mas só se não houver vontade de ultrapassar esta questão. A praça é um importante elemento urbano e social que estimula as relações sociais e pode ser sempre considerada na realização de novos planos urbanos e sobretudo, enquanto elemento existente, deverá ser requalificada e adaptada as novas realidades.

2. Análise da zona de intervenção - O largo de S. João em Alcochete

2.1. Metodologia de análise

Para encontrar bases concretas de suporte à proposta para a praça pública definiram-se três pontos fundamentais: a história, caracterização e os pontos positivos / menos positivos e a relação com os conceitos abordados anteriormente.

Conta-se a história do povo de Alcochete e a sua história urbana, bem como os costumes e as tradições. Num segundo momento, é feita a análise da zona através de observação exaustiva dos aspectos caracterizadores do espaço, tal como o estado e uso do edificado, materiais aplicados, sistemas de construção, sistemas funcionais, imagem urbana entre outros. Esta análise é completada com base na observação directa e da experiência pessoal - mantendo ao máximo a distância para com o objecto de estudo - e através de análise com a elaboração de tabelas e mapas. Traduzindo cartograficamente os resultados obtém-se dados para uma interpretação rápida e acessível. Esta abordagem permitiu fazer um estudo comparativo no diagnóstico de necessidade e verificar os aspectos positivos e menos positivos, quer ao nível da paisagem urbana quer ao nível do edificado.

Foi realizado dois tipos de fichas de análise:

Ficha de análise do espaço público: onde se caracterizam através de códigos as questões funcionais do espaço público, tais como a localização de espaço verde, de circulação, iluminação, sistema viário, número de pisos, usos, perfis das vias, entre outros factores.¹¹

Ficha do estado e uso edificado: ficha onde se recolhe de cada edifício da área de estudo as principais informações sobre a época de construção, a tipologias, o estado de conservação, os usos, bem como o tipo de construção, os principais materiais e cores, identificação de elementos dissonantes entre outros parâmetros.¹²

Os dados destas fichas foram traduzidos cartograficamente nos seus critérios mais relevantes.

¹¹ Os vários parâmetros e critérios de avaliação estão descritos no volume 2.

¹² *idem*

Fazendo a ponte entre o conceito que suporta os objectivos da intervenção e o diagnóstico de necessidades elaborou-se um programa base com vista a resolver os problemas apresentados e ir ao encontro das linhas apresentadas no suporte teórico, respeitando a história e a cultura do lugar, melhorando o espaço onde se intervém.

2.2. A História política e social de Alcochete

"Esta vila de Melinde está em uma angra e está assentada ao longo de uma praia, a qual vila se quer parecer com Alcochete; e as casas são altas, e mui bem caiadas; e tem ao longo dela, da banda do sertão que está pegado com casas, um palmeiral muito grande, e toda a terra derredor são lavouras de milho e outras legumes." - Alvaro Velho ¹³ no séc. XV (Campos, 1969)

Alcochete é uma vila, sede de concelho com 3 freguesias, pertencentes ao distrito de Setúbal e à Área Metropolitana de Lisboa. Conta com uma população de aproximadamente 14.500 habitantes.¹⁴

Com fortes tradições ligadas ao rio Tejo, destacam-se a festa brava, a pesca, a indústria do sal e a seca do bacalhau como principais actividades que caracterizaram o povo alcochetano.

A presença humana da zona de Alcochete tem registo documental, descoberto durante as obras da Ponte Vasco da Gama¹⁵, que mostram vestígios do paleolítico. Antes, já se conhecia a presença dos romanos, através dos descobertas arqueológicas realizadas junto à ribeira das enguias, que na altura seria navegável, onde encontra-se vestígios de actividade comercial de olaria com alguns elementos arqueológicos importantes, como ânforas e outros instrumentos, que são hoje visitáveis no museu municipal de Alcochete.

Mas sabe-se que a origem é mais antiga. O nome de Alcochete tem origem árabe. Olhando para a própria palavra, poderá-se concluir isso mesmo, através do sufixo *Al. Acaxête*

¹³ Possível autor do diário de bordo anónimo da viagem de Vasco da Gama à Índia no séc. XV, o principal testemunho da viagem da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

¹⁴ Fonte: INE.

¹⁵ O estudo arqueológico que suporta as descobertas efectuadas a quando da construção da ponte Vasco da Gama estão disponível através do sítio na internet da Lusoponte - concessionário responsável pela manutenção da mesma - em <http://www.lusoponte.pt/arqueologia/>.

será, segundo alguns autores, palavra para forno, devido a quantidade de lenha disponível e a prática do fabrico do pão, em fornos de lenha. Outros autores, sugerem que o termo significa *axada* da ovelha ¹⁶, descampando com ovelhas, devido a quantidade de gado ovino na zona. O principal motivo de uma ocupação organizada nesta zona deve-se a necessidade de criar um ponto de passagem rápido entre o norte do Tejo, Lisboa (*Lissibina*), e duas povoações da maior importância na época árabe: Évora (*Jeborah*) e Alcácer do Sal (*Al Kassar*) ¹⁷. No entanto, não existe consenso nem uma base documental e arqueológica sólida que suporte como e quando aconteceu a ocupação árabe nesta zona.

Alcochete ganha relevância histórica com a reconquista cristã e com o assentamento da dinastia de Avis. É-lhe alterado o estatuto, de aldeia para vila, e é-lhe dado o foral no séc. XII, por D. Sancho I, o Povoador.¹⁸. Alcochete confirma-se como um importante ponto de viragem, uma charneira importante entre o norte e o sul do território, e cresce significativamente ao longo dos tempos. No entanto, embora no ponto de vista geográfico fosse um ponto importante, a pouca relevância militar não permitiu um desenvolvimento à par das outras localidades da zona, traduzindo-se num panorama de relativa paz, em contraste com os conflitos militares entre cristãos e muçulmanos. A ideia era garantir uma certa descrição da família real, permitindo descansar e ter um acesso capital do reino:

“(...)preferência que os reis da segunda dinastia [dinastia de Avis] per ela manifestavam, escolhendo esta terra para residência temporária, predilecção devida possivelmente à amenidade do clima, com os seus esplendidos ares, às belezas panorâmicas sobre o grande estuário do Tejo, e ainda a sua proximidade da capital do Reino”. (Nunes, 1993, p. 30)

Entre o Rei D. João I e seus descendentes, destaque para o Infante D. Fernando, seu neto, que escolheu Alcochete como residência como Comendador da Ordem de Santiago, ordem religiosa e militar importante no contexto político europeu. Essa fixação obrigou que a

¹⁶ SOUSA, Frei João de (1981). *Vestígios da Língua Árabe em Portugal*. Vila da Maia:Gráf. Miradouro

¹⁷ Vários mapas das vias romanas na Península Ibérica apresentada por diversos autores apontam para um caminho na zona de Alcochete. A página <http://imprompto.blogspot.com/> refere alguns autores que falam sobre a temática das antigas vias romanas.

¹⁸ O único foral registado e conhecido foi o concedido por o rei D. Manuel I em 17 de Janeiro 1515, nascido em Alcochete. No entanto, outros dois foram atribuídos, embora não se conheça quando nem em que moldes: um de origem Árabe, e outro por D. Sancho I

zona crescesse, alterando a imagem urbana, com o surgimento de palácios e palacetes e outras casas de carácter nobre, quer para proveito próprio do rei, da corte e dos nobres.

Seguido o gosto do sogro D. Fernando, D. João II também fez de Alcochete a sua segunda morada, havendo documentos da época que descreviam a vida social da povoação, referenciando-se já a famosa festa brava, com a participação da própria nobreza, que é uma das características culturais da população da Vila de Alcochete (Resende, 1902).

No entanto, a principal figura histórica que nasceu em Alcochete foi o Rei D. Manuel I. Foi no reinado de D. Manuel I que Portugal atingiu o seu apogeu internacional, com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a descoberta do Brasil e a consolidação do comércio na costa africana e no Índico. Nasceu em 31 de Maio de 1469 e terá passado toda a sua infância em Alcochete até ser levado para a corte por D. João II, seu cunhado. (Nunes, 1993, p.45)

Durante o seu reinado, foram atribuídas várias regalias a vila de Alcochete, nomeadamente nas políticas fundiárias. Os proprietários eram obrigados a cultivar as terras, ou a cede-las a quem as pudesse cultivar com base numa renda através da *lei das sesmarias*.¹⁹ No ponto de vista político, separou a freguesia de Alcochete da de Aldeia Galega (hoje Montijo), concedendo-lhes os respectivos forais, em 1515, e transformando a Igreja Matriz sede da nova freguesia.

A administração do poder local na zona de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo), antes da atribuição do foral em 1515 por D. Manuel I, era feito na freguesia de Nossa Senhora da Sebonha, onde hoje se localiza a freguesia de São Francisco, através do convento então existente. Devido ao elevado crescimento populacional nas duas localidades, o Rei atribuiu um foral desdobrando administração das ambas para dois novos concelhos em dois novos centros administrativos. No caso de Alcochete, a administração foi deslocada para a freguesia do mesmo nome com sede na Igreja de S. João Baptista, a Igreja Matriz de Alcochete. Esta operação vai dar uma nova centralidade ao largo de São João.

Ao novo templo concedeu-lhe uma nova configuração: *“A mão generosa d’El-Rei Manuel passou por cima da antiga mesquita dos moiros para lhe dar uma feição*

¹⁹ Lei de protecção á agricultura com o objectivo de aproveitar ao máximo o uso das terras para o cultivo. Promulgada por D. Fernando no ano de 1375 e aplicada ao longo dos séculos.

quinhentista, o selo da época, que principalmente se evidencia na bela rosácea do coro e na porta lateral em ogiva". (Nunes, 1993.)

Ao longo das décadas seguintes, Alcochete e sua prosperidade económica e social foram dependentes da movimentação da família real no concelho.

O grande motor económico da vila foi a produção de sal, desde a proibição que o Rei D. Manuel I fez sobre a importação de sal do estrangeiro, no alvará de Abril de 1576, ordenando que *"todo o sal do Império fosse monopólio da Fazenda Real"* (Estevam, 1950). O sal era importado nos portos de Setúbal e Lisboa para o exterior em troca de mercadorias, o que permitia um óptimo encaixe económico para o Reino e uma mais valia para as populações, com destaque durante o séc. XVI. Para compreender ainda melhor a importância da indústria do sal, no ano de 1535 a população de escravos em Alcochete era igual a dos *"homens livres"* (Estevam, 1950), e todos trabalham no sal.

A partir do séc. XVIII as casas nobres que se foram fixando na localidade vão desaparecendo: *"A vila principio a decair com a morte da mãe de D. Manuel e a do próprio monarca, declínio que se acentuou com a perda da independência (...) no entanto, o concelho albergou até meados do séc. XVIII, alguns fidalgos de casas abastadas. Mas a verdadeira decadência começou no consulado pombalino, não se escogitando a causa."* (Estevam, 1948).

Na verdade, a história de Alcochete no período que compreende os séc. XVII e XVIII é obscura, havendo muito poucas ou quase nenhuma referências relevantes.

Alcochete só volta a ter registo histórico relevante aquando da supressão do concelho em 1895²⁰, anexando-o ao de Aldeia Galega (hoje Montijo), gerando uma onda de contestação. Em inícios do séc. XIX o governo preparava-se para controlar despesas e uma das medidas anunciadas foi a supressão dos concelhos que consideravam de 2ª ordem, por não possuírem capacidade para se sustentarem economicamente. Alcochete ficou na dependência administrativa de Aldeia Galega sobre grande contestação social. Outros 51 concelhos em todo o país sofreram a mesma penalização até que o governo recua em 15 de Janeiro de 1898 restaurando os vários concelhos suprimidos, entre eles o de Alcochete.

²⁰ Diário de Governo nº 50, de 4 de Março de 1895

Alcochete perdeu fôlego económico durante o séc. XIX em conjunto com o declínio da indústria salina, que perde relevância em relação aos novos processos industriais para a produção de sal.

Durante séc. XX fixa-se em Alcochete algumas indústrias que vão relançar a economia local. Entre 1981 e 1991 a população de Alcochete decresce 9,6% de 11246 habitantes para 10.169 ²¹. Multi-nacionais como a Firestone permitem a criação de emprego e uma alternativa á agricultura e a sanicultura. Outras indústrias de relevo fixam-se em Alcochete, tais como a Ormis (fabrica de embalagens metálicas) e a Alumínio Português -Angola. A população de Alcochete cresceu 26,2 % (de 10.169 habitantes para 12.831) de 1991 a 2001. Em termos de crescimento dos alojamentos cresceu cerca de 21,6 % durante o mesmo período de tempo²².

Com o surgimento da ponte Vasco da Gama, construída em 1998, vai fixar-se uma nova dinâmica local com o encurtamento da distancia de Alcochete á capital Lisboa. Novas unidades urbanas crescem com a pressão imobiliária e a população de Alcochete cresce significativamente. Essa aproximação permite uma melhoria da qualidade de vida geral com a criação de novas unidades comerciais em Alcochete e na margem sul do Tejo. A possibilidade de chegar a Lisboa rapidamente permite também a aproximação a novos postos de trabalho e por sua vez surge também em Alcochete uma nova possibilidade de habitação para quem pretende viver fora de Lisboa e procura uma alternativa á vida agitada na cidade.

2.3. Evolução do tecido urbano em Alcochete

O núcleo central de alcochete desenvolveu-se em torno da praça pública no actual largo da República, e expande-se em direcção ao rio entre dois promontórios, onde teria existido uma baia. Nos dois promontórios estavam implantadas, a Nascente a Igreja da Misericórdia (inserida no Paço Real) e a Poente a Capela de Nossa Senhora da Vida. Ao longo do séc. XV e XVI a vila vai se desenvolvendo em torno da Rua Direita, que fazia a marginal junto ao rio, ligando Igreja da Misericórdia à Igreja Matriz. (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2010)

²¹ Dados do Instituto Nacional de Estatística

²² Idem

A informação da configuração urbana da vila de Alcochete tem como referência mais antiga o registo efectuado em 1548 a mando de D. Manuel I designado *O tombo do Concelho*²³:

“Vila de alcochete

Estalagem - Paços do Concelho

Dividia-se em 3 casas: a primeira onde se vendiam mercadorias, media 10 côvados de longo e 11 de largo; a casa da estrebaria, com 11 côvados de longo e 6 de largo; casa da palha, com 7 côvados de longo e 6 de largo.

Todos confinavam: a norte com Anes, filho de João Alvares; do sul com o pardieiro de João Rodrigues, do levante coma carniçaria; e a poente com a rua pública.

Um pardieiro, em que se queria fazer um alpendre, tinha 9,5 côvados de longo e 7,5 de largo e partia: do norte, como pardieiro de Álvaro Brito; do levante com Lobo Afonso e Meira; do sul e do poente com ruas públicas.

Uma carniçaria, com 12 e meio côvados de longo e 6 e meio de largo, que partia do norte como lagar de Fernando de Meira; do sul com a casa de Lobo Afonso; do levante com a estalagem e o pardieiro de Álvaro de Brito, e do poente com rua pública.

Uma casa pegada á horta do concelho, em que vivia o tabelião, com 11 e meio de côvados de largo e 8 de longo; dentro da horta outra casa com uma nora e um poço, que dava agua ao chafariz onde bebiã as bestas, casa que media 9 e meio de côvados de longo e 8 de largo. a casa e a horta nao rendiam nada por ser obrigado quem nela habitava a deitar agua no chafariz.

Junto á horta, ficava o curral do concelho, de 32 côvados de comprido e com rede de través.

As casas, o quintal e o curral partiam: do norte como chafariz, que estava pegado á dita horta, e o caminho do concelho: do levante, com as casas de rui dias e João Afonso Gago, do poente, com caminho do concelho; e do sul, com a vinha que foi de Jorge Martins.

Havia ainda na vila uma casinha pequena com 5 côvados de longo e 3 de largo, aforada a João Gonçalves por uma galinha.

O poço chamado de S. João estava junto a casa de Fernão de Pina, de Gil Lourenço e de João Gonçalves Azambuja, e partia com ruas públicas que iam para São João. Outro poço. conhecido por poço salgado, saindo da praça, estava junto as casas dos filhos de Fernão Garcia e de Francisco Martins e ruas públicas.

Existe um poço em Valbom, que confinava com a horta e a vinha de de Antao Gonçalves, contador, e com o rossio do concelho.

A vila tinha dois rossios, um que partia das casas que foram do infante D. Fernando até as fontainhas, onde lavavam as mulheres, e outro da igreja de S. João are a cabeça da vila.” (Esteves, 1993)

Toda a estrutura antiga e medieval depende da política fundiária, quer na definição dos arruamentos, quer no limite dos lotes edificados, com base da terras senhoriais. Os limites urbanos da vila não excederam, desde a fundação até ao início do séc. XIX muitas alterações.

²³ Assinado por por João Gonçalves e Pedro Varela - escudeiro da casa real; Diogo Rodrigues - Vereador; e João Fernandes - Procurador do Concelho.

nos seus limites. Havendo dois *rossios*, um a nascente e outro a poente, conclui-se que seriam as fronteiras do edificado. Com o Tejo a limitar o acesso a Norte, a sul desenvolve-se sobretudo a agricultura e as grandes fazendas. Alguns autores sugerem que a Rua Direita seria o limite ribeirinho da vila, e que o crescimento se fazia em direcção a Praça Pública, o actual Largo da República.

Pouco se sabe da evolução urbana do séc. XVIII em Alcochete. A expansão oitocentista realizou-se para NO, na zona denominada Barrocas do Mar, onde, após o aterro da área entre os dois promontórios, foi construído o Bairro das Barrocas, com traçado regular composto por sequência de quarteirões estreitos e paralelos, perpendiculares à frente ribeirinha e à Rua Direita(actual Rua Comendador Estevão de Oliveira).

Em finais do séc. XIX, início do séc. XX começa a desenvolver-se para fora do limite primitivo, sobretudo com um plano de quarteirões junto a Igreja Matriz. A vila praticamente estagna no seu crescimento durante a primeira metade do séc. XX, quando se instala as primeiras unidades fabris, que fazem aumentar o contexto económico da vila e dar outras condições para o seu crescimento. De relembrar que, para se chegar à Capital, o acesso fazia-se por estrada através do acesso em Vila Franca de Xira, traduzindo-se num percurso de cerca de 2 horas. O transporte fluvial fazia-se a sobretudo ao nível de pessoas, e não nas transacções económicas e comerciais - com excepção da indústria da seca do bacalhau - pelo que o contexto económico da zona não seria o melhor.

No início da década de 70 do século passado surgem em Alcochete os primeiro bairros sociais, habitação economicamente acessível que permitiam uma maior fixação da população. Foi a primeira iniciativa para tentar fixar a população nova quer queria permanecer em Alcochete e fixar família.

A C.M.A. passou a controlar alguns terrenos agrícolas, na actual zona denominada Pão Saloio, com fim de travar a especulação imobiliária e por volta de 1964 deu entrada junto do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência de Setúbal, o processo administrativo para a construção de um bairro com a participação de capitais da Federação das Caixas de Previdência. Em Maio de 1970 deu-se início à execução da obra. Até finais da década de 90 Alcochete estagna novamente em termos de crescimento. O facto de ser uma vila com poucos habitantes e ficar “longe” da capital não permite uma fixação efectiva da população ou o surgimento de novos habitantes. Com o surgimento da Ponte Salazar (ponte 25 de Abril) são

os concelhos de Almada e Seixal na margem sul do Tejo que sofrem um maior desenvolvimento, deixando Alcochete numa posição desfavorável.

O panorama urbano da vila muda radicalmente com o surgimento da Ponte Vasco da Gama que liga directamente o concelho de Alcochete a Moscavide, permitindo chegar a Lisboa em 35 minutos. Novas unidades urbanas crescem, com os novos bairros dos Flamingos, urbanização do Batel, crescendo sobretudo no sentido Oeste-Este. A população cresce a um ritmo mais acentuado.

Alcochete toma destaque no início de séc. XXI com a fixação do *Freeport outlet Alcochete*, o maior centro comercial *outlet* da Europa que muda a dinâmica da vila criando um polo comercial. Em 9 de Janeiro de 2009 o XVIIº Governo constitucional anuncia a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa nos terrenos da base militar do campo de tiro de Alcochete, substituindo o aeroporto da Portela que vai influenciar directamente toda a região.

2.4.Caracterização da paisagem urbana na área de intervenção

Na caracterização da paisagem urbana da área de intervenção, temos edifícios com uma predominância de volumetria que varia entre um e três pisos. Maior parte deste edificado é de qualidade popular de construção vernácula, com excepção dos edifícios mais recentes ou alguns exemplos de edifícios mais antigos com qualidade arquitectónica assinalável.

Os edifícios com qualidade arquitectónica datam, na sua maioria, dos inícios do séc. XX, sendo que muitos deles são a sucessão dos solares quinhentistas - construção caracterizado pela conjugação da casa com dois pisos e o pátio, armazém e estábulo, destacando-se pela sua volumetria.

A área de intervenção fica no núcleo antigo e destaca-se as curvas e contracurvas das ruas, fruto da cunha medieval da génese da vila. É o que a câmara municipal designa de “vila museu” por conter os edifícios históricos e antigos de Alcochete. A população de alcochete usa a nomenclatura “vila”²⁴ para designar este núcleo - embora a vila de Alcochete vá muito

²⁴ As pessoas mais idosas e alguns habitantes antigos que vivem fora do núcleo antigo usam as expressões do tipo “vou á vila” ou “vais á vila” para designar a deslocação ao centro da vila de Alcochete, expressa pelo largo de S. João.

para além do limite antigo - o que por si só demonstra a centralidade do lugar em relação ao restante território da vila de Alcochete

No núcleo antigo, áreas de expansão oitocentista e novecentista na sua maioria (Bairro das Barrocas, Rua do Rato, actual Av. 5 de Outubro, Rua João Gonçalves, Rua Beato Manuel Rodrigues, Rua do Norte), assinalam-se lotes habitacionais de casas térreas em banda. Em alguma dessas zonas, o armazém constitui outro tipo com alguma representatividade, definido por construção térrea, de planta predominantemente rectangular, com telhado de duas águas e empena voltada para a rua. Algumas casas apresentam a empena como fachada principal.

As casas com dois ou mais pisos conjugam frequentemente a utilização comercial do piso térreo com a habitacional dos pisos superiores.



Figura 3 - Mapa do número de pisos no largo de São João.
Legenda: amarelo claro: 1 piso; amarelo escuro: 2 pisos; laranja: 3 ou mais.
Fonte: o autor. 2010.

Alguns edifícios mais notáveis apresentam uma composição na fachada cuidada usando na sua maioria revestimento de azulejo cerâmico com tons fortes (verde, vermelho ou roxo), com volumetrias de 2 ou 3 pisos e com a existência de mansardas ou águas furtadas. As platibandas apresentam-se normalmente ornamentadas, na sua maioria com a aplicação de pedra calcária e recorte geométrico com simetria ao eixo central. Alguns apresentam brasões, vasos ou estatuária, guarnição das janelas de sacada e varandins, em ferro forjado e fundido, aplicado nas bandeiras e postigos das portas.

Devido a estas características, os mesmos destacam-se do restante edificado e marcam a diferença, impondo-se sobre os demais.



Figura 4 - Edifício do Largo de S. João.
Destaque para ornamentação da platibanda com pinhões, vasos ou estátuas.
Fonte: o autor - 2010.

Na caracterização do espaço público existem em Alcochete alguns largos de origem medieval. São espaços que resultam da intercepção da malha orgânica. Em Alcochete existe pouco espaço pensado para ser público, exceção do Rossio -que foi deliberadamente criado como parque público - e do jardim em torno da Igreja Matriz, no largo Almirante Gago Coutinho.

Nas construções que se efectuaram a partir de inícios do séc. XX o espaço público programado existe apenas sobre a forma de pracetas assentes em tipologias urbanas em U ou L, portanto o resultante do espaço não edificado e das vias de circulação.

Existe uma forte influencia do rio Tejo na caracterização da paisagem urbana da vila de Alcochete. A frente ribeirinha possui um passeio público com uma pequena muralha junto ao rio Tejo, em conjunto com o jardim público do rossio que se destaca pelas suas palmeiras, passando uma imagem ribeirinha da zona.

A paisagem urbana de Alcochete tem alguns elementos de destaque que a caracterizam com alguma singularidade. A existência do pátio em algumas zonas do centro histórico é uma das composições existentes na vila de Alcochete. Esses pátios resultam do espaço de entrada de muitos solares que existiam e que assim permaneceram quando novos edifícios foram surgindo.



Figura 5 - Pátio alcochetano
Fonte: o autor. 2010.

A utilização de mansardas e clarabóias é outro elemento caracterizador da paisagem urbana, e existem em quase todos os edifícios desde o início do séc. XIX

A aplicação de cores garridas e fortes nos socos e cunhais dos edifícios mais modestos é outra característica, principalmente nas construções mais modestas.



Figura 6 - Clarabóias nas construções típicas de Alcochete
Fonte: o autor. 2010.

Algumas intervenções realizadas sobretudo na década de 80 e 90 do século passado apresentam alguma incoerência na sua integração na paisagem existente, destoando dos restantes. Entre alguns exemplos na área de intervenção destaca-se edifícios com cêrceas acima do permitido, composição geometria e ritmo das fachadas mal aplicados, ou o uso de materiais inadequado, tais como caixilharias em alumínio da cor natural. Alguns edifícios apresentam uma paleta cromática exagerada com cores fortes, tais como o verde, o laranja ou amarelo.

2.5. Área de Intervenção - O Largo de São João - Localização e Caracterização

A área de intervenção fica na zona história de Alcochete, e é delimitada, a Norte, pela frente ribeirinha; a Sul pela Avenida 5 de Outubro, e Rua João de Deus; a Este pelo Rossio, inclusive; a Oeste pelo largo da Feira. No ponto de vista histórico, alberga a evolução da vila com vestígios da época medieval até aos dias de hoje. Implantado na margem sul da orla do Tejo, situa-se no enfiamento da frente ribeirinha numa zona plana, sem variação topográfica assinalável. Entre os dois promontórios formava-se uma pequena baía, na proximidade da qual se consolidou o núcleo habitacional primitivo. A mancha edificada desenvolveu-se para SO., no sentido do Rossio (actual Largo Barão de Samora Correia) (IHRU, 2009).

Os principais eixos ordenadores do largo de São João são a intercepção da Rua do Catalão (que limita o plano marginal orientado a Sul) e da Rua Comendador Estevão de Oliveira (que limita o plano marginal orientado a Norte) , e em segundo plano, também com a Rua António Maria Cardoso a nascente, do adro da Igreja Matriz e da Avenida 5 de Outubro a poente.

A norte, a Rua D. Nunes Alvares Pereira faz a cabeceira e o limite Este e a Rua do Padre Cruz delimita o limite a Oeste.

A Igreja Matriz impõe uma força ao largo, quer pela sua escala em relação ao contexto, quer a sua conotação histórica e cultural. A sua participação no largo é fundamentalmente uma presença de perspectiva para quem chega ou parte do largo, uma vez que fica fora da delimitação que os eixos viários sugerem.

A área de intervenção é enquadrada por o largo de São João e o espaço confinante, tendo como critérios todo o edificado directamente associado ao largo, bem como todo o espaço directamente a ele associado. Com este contexto ficou incluído directamente toda a frente urbana que limita o largo de São João e que limita o largo Almirante Gago Coutinho.



Figura 7 - Limite da Área de Intervenção
Fonte: Cartografia cedida pela Câmara Municipal de Alcochete
Fonte: o autor. 2010.

O principal espaço de intervenção é o largo de S. João. Atendendo ao desenho urbano, o Largo de S. João tem forma trapezoidal com cerca de 75 metros de comprimento e em largura, 35 metros no ponto mais largo e 25 metros no ponto mais estreito, ladeado por edificado com variação de pisos entre 1 a 3 pisos com construções que variam entre o séc. XIV e a actualidade, o que significa que carrega consigo potencialidade, quer no ponto de vista da sua configuração, localização e dimensão para se efectuar uma proposta concreta que alterem com o objectivo de preservar e manter o carácter e a função que sustentou ao longo dos tempos.

O largo de São João surge dentro do contexto da Igreja Matriz e do seu adro. O facto de existir centralizado no largo um dos poços da vila ajuda a que a dimensão do largo ultrapasse a sua dimensão e neste conjunto surge então um dos espaços centrais da vila de Alcochete. Actualmente o largo suporta a estatua do Padre Cruz²⁵, mais ou menos centrada no espaço compreendido entre os planos marginais a norte e a sul. A Igreja Matriz fecha o espaço a Este e um conjunto de edifícios do final do séc. XV fecha o largo a Oeste.

Ao longo do tempo o largo teve quase sempre a mesma configuração. Conforme fotos do início do séc. XX, haveria um espaço ajardinado e um coreto, o que comprova a sua importância e centralidade na vida da população.



Figura 8 - Largo de São João no Início do Séc. XX

Destaque para o Coreto .

Fonte: João Marafuga em praiadosmoinhos.blogspot.com.

²⁵ Padre Cruz, padre popular na primeira metade do séc. XX, nasceu em Alcochete sendo bastante querido pela população, principalmente aos supostos milagres atribuídos ao mesmo no contexto religioso do Estado Novo assume uma importância ímpar. A estatua do padre cruz teve como antecessor o busto do mesmo implantado no mesmo local.

Ao longos dos tempos assistiu-se a modificações no seu espaço central, no espaço que resulta das intercepção das ruas que formam o largo. Mais tarde o coreto foi retirado e construído no seu lugar uma nova configuração ajardinada com a estátua do Padre Cruz.



Figura 9 - Inauguração da Estátua do padre Cruz.
Fonte: João Marafuga em praiadosmoinhos.blogspot.com.

Embora em Alcochete o centro político de origem foi no actual Largo de República, muito facilmente transitou para o Largo de São João. A razão desta migração é simples. Segundo o tombo do concelho, de 1548, havia em Alcochete dois rossios.: “A vila tinha dois rossios, um que partia das casas que foram do infante D. Fernando até as fontainhas, onde lavavam as mulheres, e outro da igreja de S. João ate a cabeça da vila”. Um rossio no período medieval era um espaço amplo que se encontrava normalmente nas entradas ou saídas dos centros urbanos. O objectivo era proporcionar um espaço livre considerável para a realização e eventos de massa - tal como mercados e feiras - ou até, o despejo de lixos ou outras actividades menos nobres, que necessitavam de ser realizadas fora dos aglomerados. Neste caso em particular, o rossio onde “lavavam as mulheres”, é o que nos tempos de hoje continuamos a chamar de rossio, na Av. D. Manuel I. O outro era então o actual Largo de São

João, com a Igreja á cabeça. Esse espaço sempre foi fundamental, até para as actividades da nobreza, tal como explicam Garcia de Resende²⁶ e Gabriel Pereira²⁷:

“(...) Estando El-Rei em Alcochete, indo um dia de casa a pé com a Rainha, e damas e senhores e muitos fidalgos a ver correr touros no terreiro junto da igreja, acertou que metendo um touro na cancelia fugio do corro e veio por a rua principal por onde El-Rei ia, e diante io touro vinha muita gente fugindo com grande gritaria.(...)” (Resende, 1902)

Ainda hoje, é no largo de são João que acontece os principais eventos na vila e onde se centra a actividade económica dentro do centro histórico. Ainda hoje, continua a ser a sede do poder político, a sede do poder religioso e a sede da memória colectiva daquilo que representa e representou Alcochete para a sua população.

Com este contexto, o largo de São João tem condições para que se altere morfologicamente para ser a praça de Alcochete.

2.6.Singularidades e valores arquitectónicos

Dentro do levantamento efectuado do edificado da área de intervenção destaca-se alguns elementos que são singularidades com valor arquitectónico relevantes. São elementos caracterizadores da paisagem urbana que de seguida destacamos.

²⁶ Pintor, Arquitecto e Cronista do reino e de D. Manuel I. Nasceu em Évora em 1470 e faleceu na mesma terra em 1536.

²⁷ Poeta e magistrado, nasceu em 1571 e faleceu em 1632. Entre algumas obras publicadas destaca-se *Ulisseia* ou *Lisboa Edificada*. Lisboa, 1636.



Figura 10 - Localização de singularidades e valores arquitectónicos.
Legenda: 1) Igreja Matriz; 2) Edifício dos paços do Concelho; 3) Casa Moysém; 4) Casas nº 19 e 20; 5) Casas nº 11 e 12; 6) Poço de S. João; 7) Estátua do Padre Cruz.

2.6.1. Igreja Matriz de Alcochete (Igreja de S. João Baptista)



Figura 11 - Igreja Matriz de Alcochete.
Fonte: o autor. 2010.

A Igreja Matriz de Alcochete²⁸ fica situada no Largo de São João. Serve de cabeceira ao largo e está orientada a Este. É a Igreja Matriz de Alcochete, ou seja, a sede religiosa do concelho.

²⁸ Ver ficha de edificado com a cota LSJ001 no volume 2.

A Igreja Matriz tem valor arquitectónico devido á configuração da mesma, suportando épocas de construção que vão do séc. XVI ao séc. XX. É monumento nacional pelo decreto de lei de 16 de Junho de 1910.

É normalmente referida como igreja manuelina, embora isso se resuma ao portal de entrada, á porta lateral e a rosácea na sua fachada.

Supõe-se que foi construída sobre um antigo templo muçulmano. A configuração actual da Igreja Matriz de Alcochete, edificada a partir do séc. XVI, apresenta um estilo gótico .

Em termos de volumetrica apresenta-se com piso único, igreja com nave central e vários acrescentos laterais com um acrescento posterior. Possui uma torre sineira.

O edifício sofreu varias obras ao longo do tempo, uma das quais realizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1943 que transforma na configuração que se apresenta hoje. Como elementos principais nota-se a fachada com um pórtico de arquivoltas em linha quadrada e no topo a cruz da Ordem de Santiago completado por uma rosácea gótica com inspiração á da catedral de Évora. (Graça, 1998)

Na lateral do nave principal existe a torre sineira com revestimento em azulejo hispano-árabe no coruchéu de grimpas. Assinalável também a porta lateral onde as arquitraves de forma ogival possui uma renda de trilóbulos²⁹ de estilo manuelino.

O seu estado de conservação geral é razoável com especial relevo para o problema das dinâmica de movimentação de águas e sais nas fachadas devido a substituição do revestimento natural em pedra por rebocos modernos.

²⁹ Trilóbulos é uma tipo de lóculo que se repete 3 vezes.

Lóculos são ornamentos arquitectónicos constituídos por segmentos de círculo que se repetem. Com 3 arcos temos os trilóbulos, com 4 arcos os quadrilóbulos (forma de um trevo). Mais de 4 arcos é considerado polilóculo. Este tipo de ornamentação é comum nos templos góticos.

2.6.2. Paços do Concelho (Antiga casa-solar dos Pereira)



Figura 12 - Paços do Concelho

Fonte: o autor. 2010.

O edifício dos Paços do Concelho³⁰ fica situado no Largo de São João, sendo dos edifícios com um destaque especial devido a sua composição na fachada. É um edifício com valor arquitectónico devido principalmente à sua composição neo-clássica da fachada.

O edifício está orientado a sudeste e actualmente serve de sede da autarquia do Concelho de Alcochete, mas anteriormente foi uma casa senhorial conhecida como “Antiga casa-solar do Pereira”. A construção remonta a inícios do séc. XVI, tendo como primeiro proprietário Netto Pereira, mas foi sofrendo várias alterações até ao séc. XX.

Apresenta uma volumétrica de 3 pisos e está conectada a um anexo nas traseiras, bem enquadrado, que o completa dando profundidade, embora não faça parte do original.

A fachada, com tom clássico, apresenta um frontão curvo com a estátua da República, sob pódio de volutas³¹ e cartela em concha.

Segundo o estudo feito pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana:

³⁰ Ver ficha de edificado com a cota LSJ012 no volume 2

³¹ Forma em espiral presente nos capiteis das colunas da ordem jónica.

“(…) no 1º piso rasgam-se três portas de verga em arco abatido e aduelas em ressalto, sobre pilares também de cantaria; sobre elas balcão de balaústres sustentado por mísulas relevadas de acantos; três portas-janelas de arco de volta perfeita abrem-se no eixo dos vãos inferiores, tendo entre elas colunas jónicas sobre altos plintos, suportando entablamento de onde arranca o frontão; todo este conjunto é ladeado por pilastras sobrepostas munidas de pequenas bases e capitéis. Panos laterais ligeiramente reentrantes e simétricos, rasgados inferiormente por janelão com verga em arco de volta perfeita e aduelas em ressalto que acompanham as ombreiras até ao parapeito e desenham todo o paramento murário destes panos; no mesmo eixo, superiormente, janela rectangular com verga saliente assente em pequenas volutas no lugar de mísulas; remate em cornija dupla, arquivada; cunhais angulares repetindo o modelo das pilastras delimitadoras do pano central. Fachadas laterais de dois pisos e vários panos rasgados por janelas de sacada com varandins de ferro ao nível superior, e por janelas rectangulares ao nível térreo.” (2009, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana)

Actualmente o seu estado de conservação é bom e não apresenta riscos quando á sua conservação.

2.6.3.Casa do Moysém



Figura 13 - Casa do Moysém
Fonte: o autor. 2010.

A casa do Moysém³² fica localizada no Largo Almirante Gago Coutinho, 1 e 2. Foi construída em inícios do séc. XX.

Tem valor arquitectónico devido sobretudo ao tratamento e equilíbrio da fachada, com um varandim em pedra trabalhado ao detalhe e revestimento em azulejo de cor avermelhada.

Construída como casa senhorial, actualmente funciona como casa residencial.

É um edifício de planta quadrangular com telhado de duas águas e é rasgado inferiormente por porta central de verga em arco perfeito a que se sobrepõe segunda verga em enrolamentos nos extremos, formando pequenas volutas e com chave central (2009, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana).

Na fachada principal apresenta dois janelões duplos de cantaria com decoração de laçarias e uma composição geométrica bem composta. A separar os dois pisos uma cornija moldurada.

No piso superior apresenta janelão de arquivoltas com molduras rectas de cantaria em arco de ferradura ligeiramente pronunciado, formado por verga em arco de três pontos assente em varandim semicircular balaustrado de pedra interrompendo a cornija inferior; este janelão é enquadrado por arquivolta semicircular gravada de decoração em losangos.

A fachada é enriquecida por frontão em volutas com palmeta³³ central coroada por pequeno busto da República no mesmo material dos capitéis;

O 2º corpo rasgado por portal de verga em arco abatido e ombreiras de pedra, e por cima uma janela geminada em arco de três pontos com vergas decoradas de bolas e chaves ovaladas; varandim de balaustradas idênticas ao do 1º corpo, assente sobre mísulas; coroa este alçado frontão semicircular aberto por oval ao centro e com o tímpano decorado por concha; chave relevada e enrolamentos e lágrimas decoradas de rosetas, completam o conjunto. Fachadas laterais cegas em empena. (2009, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana)

O edifício apresenta um estado de conservação razoável, sendo urgente a manutenção da cobertura e recuperação do revestimento que se apresenta em algumas zonas detoriado.

³² Ver ficha do edificado numero LGC001 no volume 2

³³ Palmeta é uma forma parecida com uma concha enraizada.

Apresenta uma volumetria de dois pisos com dois fogos em dois corpos, com um acesso central directo para a Rua padre Cruz.

2.6.4. Edifício no Lg. de São João, nº 19 e 20

Localizado no Lg. de São João nos números 19 e 20 o imóvel³⁴ foi construído em inícios do séc. 20. É usado para habitação.

É um edifício com valor arquitectónico devido á sua composição geométrica equilibrada e ao equilíbrio da sua inserção urbana.

É um edifício de gaveto, com volumetria de massa simples com dois pisos separados por um friso e uma cobertura de quatro águas com duas mansardas. Portas e janelas de sacada com molduras rectangulares. O edifício faz esquina curva, correspondendo ao corpo central do mesmo, fazendo a transposição do plano marginal do Lg. de São João com a Rua Padre Cruz. No 2º piso existe uma janela provida com balcão e com varanda de ferro. Fachada E. com embasamento e duas janelas com moldura rectangular em cada piso, os três panos estão rematados por platibanda sobre cornija decorada com motivos florais. (IHRU,2009).

Apresenta um estado de conservação razoável com a cobertura a precisar de substituição urgente.



Figura 14 - Edifício do Lg. São João nº 19 e 20
Fonte: o autor. 2010.

³⁴ Ver ficha de edificado com a cota LSJ013 no volume 2

2.6.5. Edifício no Lg. de São João, nº 11-12

Planta rectangular com massa simples, cobertura em telhado de duas águas. A única fachada visível é voltada a S. com três pisos revestida a placa cerâmica de cor melada divididos por frisos.³⁵

Tem valor arquitectónico devido á elegância da composição da fachada e ao equilíbrio da sua inserção urbana.

No 1º piso uma porta ampla ladeada por uma janela e uma porta rectangulares de menores dimensões.

No 2º piso uma janela de moldura rectangular de balcão com varadim de ferro forjado entre duas janelas de molduras rectangulares.

No 3º piso uma janela dupla de arcos rebaixados providos de mainel³⁶ com varanda de ferro forjado entre duas janelas idênticas às do piso inferior. Remate em empena curva tripartida decorada com pilastras e divididas por frisos e cornijas que emolduram painéis de azulejos arte-nova com motivos florais. (2009, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana).

Necessita de reabilitação urgente devido ao estado de conservação. No piso inferior esta em funcionamento um café. Este edifício contribui para a memória colectiva pois durante muito tempo funcionou o “Café Central”, um dos mais conhecidos e famosos cafés de Alcochete.



Figura 15 - Edifício no largo de S. João números 11 e 12
Edifício em mau estado de conservação.
Fonte: o próprio. 2010.

³⁵ Ver ficha de edificado com a cota n.º LSJ015 no volume 2.

³⁶ Coluna de pedra que divide um vão. Originalmente usado na arquitectura gótica pra sustentar janelas de vidraças

2.6.6.O poço do Largo de São João

O poço do largo de são foi durante séculos o principal fonte a água potável na vila. Datado do séc. XIV ou XV , deu nome ao Lg. de S. João, denominando-se o mesmo de Lg. do Poço Velho. *Poço apresentava uma coluna, com uma bica que vertia para duas pias em pedra. Duas rodas paralelas em ferro permitiam a bombagem manual da água.*³⁷

O poço fez parte da memória colectiva da população durante muitos anos. Com a modernização do sistema de distribuição de água o mesmo tornou-se obsoleto, tendo sido desmantelado e tapado na década de 40 do séc. XX. Durante o Verão de 2009 é desterrado e apresentado à população com uma estrutura e um painel de vidro acrílico, que permite a visualização do fundo do poço, possuindo também iluminação nocturna.



Figura 16 - Poço no Lg. São João.
O mesmo foi destapado no Verão de 2009.
Fonte. C.M.A.

³⁷ Informação obtida na página da C.M.A.

2.6.7. Estátua do Padre Cruz



Figura 17 - Estátua do Padre Cruz na actualidade
Fonte: o autor. 2010.

A estátua do padre cruz é feita em bronze assenta no centro mais ou menos geométrico do largo de S. João sobre um pedestal em forma de rampa.

A estátua substitui um busto do Padre Cruz que existia no mesmo local.

A marca da estrutura ajardinada onde assentava o busto do Padre Cruz foi substituído por um pedestal com a mesma forma, com formato de rampa. O Padre Cruz está de braços abertos e foi feita com base numa fotografia do mesmo a dar missa na Igreja Matriz de Alcochete.

O Padre Cruz tem uma carga simbólica importante da memória colectiva dos habitantes da vila de Alcochete. É costume os crentes deste padre fazerem depósitos de flores e oferendas junto da estátua.

2.7. Os eventos sociais no Largo de São João

Sendo o Largo de São João o principal espaço público de Alcochete é com naturalidade que a sua participação nos eventos sociais e de aglomeração de massas seja fundamental e imprescindível, através das festas populares ou nos eventos comemorativos.

2.7.1. As Festas do Barrete Verde e das Salinas

As festas do barrete verde e das salinas são as principais festas da vila de Alcochete. São uma festa de homenagem às três principais figuras que marcam a história e a cultura da vila: o forçado, o campino e o salineiro. São organizadas pelo Aposento do Barrete Verde, associação criada em 1944 para a realização das festas, e conta com o apoio da Câmara Municipal.

Ocorrem no primeiro fim de semana de Agosto, a iniciar a uma sexta-feira, e duram entre 5 a 7 dias. A festa tem lugar nas ruas do núcleo antigo da vila, entre a Rua André dos Santos e a Avenida 5 de Outubro. O ponto forte das festas são as tradicionais largadas de touros nas ruas, o que conferiu algumas particularidades na configuração das mesmas. As ruas são preenchidas com areia proveniente das praias locais para permitir uma maior segurança quando se lidam com os touros, os cabrestos e os cavalos, dando uma imagem pitoresca. No largo de São João é montado também um palco, em frente à Igreja Matriz para receber os eventos artísticos e musicais.

O ponto alto das festas é no primeiro sábado do evento onde acontece a tradicional sardinhada nas ruas da vila. O largo de São João recebe também a chamada recepção de convidados de honra e o estear das bandeiras das instituições e dos patrocinadores do evento, que marca o início das festividades, bem como o arrear das mesmas no último dia de festa.

A festa também tem um carácter religioso com destaque para a procissão por terra e por *mar*³⁸ em dedicação a Nossa Senhora da Misericórdia. A imagem da santa chega por barco à ponte que liga ao cais e é transportada daí pela vila em direcção à Igreja Matriz, pelas ruas da vila e pelo largo de São João. O largo de São João enche-se de uma multidão para ver a procissão passar, acompanhado normalmente pela Banda Imparcial 15 de Janeiro.

³⁸ Refere-se ao mar da palha, no estuário do rio Tejo,

2.7.2.Festas de São João Baptista

As festas dedicadas a São João Baptista, padroeiro da vila, acontece a 24 de Junho - Feriado Municipal - e realiza-se normalmente durante 3 a 5 dias. Um pouco por toda a vila a população faz uma pequena fogueira na rua e convida os amigos e familiares para a realização de uma sardinhada ou um churrasco. O ponto alto da festividade acontece com a queima da fogueira, de grandes dimensões, que é montada no Largo de São João em frente a Igreja Matriz. Por toda a Vila ouve-se o estalar das canas e é comum a queima do tradicional alho-porro e de algumas ervas aromáticas, como alecrim e rosmaninho. (2010, em-alcochete.pt). Como sempre, é montado um palco em frente à Igreja Matriz para receber os eventos musicais programados para o efeito.

2.7.3.Círio dos Marítimos - Páscoa

A páscoa em Alcochete tem uma tradição muito peculiar, que advém de uma festividade muito antiga e que se repetia um pouco por toda a região de Lisboa e Vale do Tejo, com registo desde o séc. XVI. Na páscoa é realizado o Círio dos Marítimos, uma romaria, dedicada a Nossa Senhora da Atalaia com base numa lenda em que a mesma apareceu em ajuda de uns barqueiros aflitos no Tejo, tendo estes prometido uma confraria anual para festejá-la caso ela os ajudasse. É realizada nos três dias de páscoa, onde é realizada vários almoços e jantares patrocinados por um festeiro e onde são leiloadas bandeiras, normalmente parecidas com estandartes e que tem temática da santa estampada, cujas receitas patrocinam o evento do ano seguinte.

O aspecto curioso desta romaria é cortejo que acontece pelas ruas da vila. No Domingo de Páscoa as solteiras, em cima de burros, desfilam pelas principais ruas da vila. Em outro tempos, seguiam para a Atalaia a cerca de 8 km, a aldeia que da nome á santa, onde se realizava o primeiro jantar. Hoje essa tradição perdeu-se, acabando o desfile no inicio da rua que dá acesso á localidade.

Na segunda-feira seguinte, concentra-se a população junto a Igreja na Atalaia para o leilão das bandeiras, pela tarde, e voltam a regressar a Alcochete. Tradicionalmente, esse

percursos era feito a burro ou a pé, mas actualmente faz-se de automóvel. Nessa tarde conhece-se o festeiro do ano seguinte, elegido pelo festeiro do presente ano.

Simbolicamente junta-se o cortejo novamente junto a estrada de acesso á Atalaia para fazer o percurso inverso do dia anterior e durante a noite realiza-se novo jantar em Alcochete, na casa do Círio.

Na terça-feira o desfile em comemoração dos marítimos, e é efectuado no bairro das barrocas. partindo da Igreja Matriz. É realizado um almoço, em Alcochete, e um jantar para fechar as festividades.³⁹

2.8.Análise diagnostico

2.8.1.Percepção de conjunto e estrutura funcional

Fazendo uma análise geral e global ao largo de S. João podemos apontar alguns problemas estruturais.

Existe uma descaracterização na forma geométrica devido aos próprios eixos que formaram o largo. A forma trapezoidal caracteriza-se por uma incoerência geométrica que em conjunto com a disposição do poço de S. João, da estátua do Padre Cruz e o espaço que existe ajardinado não ajudam a transmitir uma segurança formal.

A cércea dominante, no largo de S. João, é a de uma altura de 3 pisos, pelo que é fundamental manter um limite de cércea na proposta de requalificação. Actualmente existem dois ou três desfasamentos nos limites edificados no largo de S. João que em futuras intervenções devem fazer um acompanhamento de conjunto no que diz respeito às cérceas do edificado.

Outra condicionante acontece no enquadramento da Igreja Matriz em relação ao largo. O largo tem uma forma trapezoidal, com uma grande força no sentido Sudeste - Noroeste, enquanto a Igreja tem uma orientação Este-Oeste. Embora este aspecto possa ser um condicionante, a percepção da igreja para quem chega ao largo vindo de Este dá uma noção de

³⁹ Para perceber melhor a complexidade do Círio dos Marítimos, e alguns dos rituais não enunciados aqui, pode-se consultar o livro “Círio dos Marítimos de Alcochete” de. DIAS, Mario Balseiro - Câmara Municipal de Alcochete; 2002

perspectiva, que torna-a interessante, mas será necessário um pouco mais para que a igreja participe por inteiro na proposta para a praça.

Para que isso aconteça, é fundamental resolver a condicionante que pode tornar-se a estrada que passa em frente á igreja - Rua Padre Cruz - em conjunto com o terreiro em que a mesma está inserida. Como a igreja está sobre um plano elevado em relação a cota média do largo, a estrada que passa em frente da mesma acentua o corte que existe entre estes dois elementos.

Outro elemento importante no largo é a estátua do Padre Cruz. A estátua do padre cruz está mais ou menos centrada no largo e sob um pedestal de plano inclinado e que originalmente estava inserido num jardim.



Figura 18 - Estatua do Padre Cruz nos inícios do séc. XX.
A estátua ficava enquadrada no jardim que existia na altura.
Fonte: Praiadosmoinhos.blogspot.com

A dimensão do pedestal é um pouco desajustada, em termos de escala, com a envolvente. Se antes, analisando as imagens, com o jardim o pedestal enquadrava-se se forma mais natural, hoje sem o mesmo tal não se justifica. A relação que a estátua e pedestal tem com a Rua João de Deus desloca a percepção visual do conjunto, *lateralizando* o protagonismo da estátua. Falha assim a função espacial que pede esta estátua - a indicação de um centro geométrico do espaço do largo.

Coloca-se também a questão do poço que recentemente foi destapado e emoldurado com uma estrutura de ferro e uma moldura de vidro. Sendo uma referência da vila e sendo

inamovível, a proposta para a praça terá de ter em consideração o poço e enquadrá-lo na melhor forma possível.

As principais actividades no largo de São João e na área de intervenção são o comércio e serviços, difundido pelo piso público. No comércio destaque para os seis estabelecimentos de cafeteira presentes, dois restaurantes, duas lojas de conveniência, uma loja de decoração, uma tabacaria e duas imobiliárias.

Nos serviços, a C.M.A. e alguns serviços técnicos associados, duas instituições bancárias, a “praça” de taxis, a casa do núcleo Sportinguista, a sede política do Partido Socialista, o mercado municipal, um escritório de advocacia, um escritório de contabilidade e a Igreja.

Ha habitação divide-se sobretudo pelos pisos superiores, que normalmente apresentam uma maior desgaste em relação ao piso térreo - em alguns casos completamente abandonados e em risco de ruir.

Existem zonas de esplanada em alguns estabelecimentos bem como zonas de banca numa loja de conveniência. Algumas dessas zona de esplanada estrangula a passagem de peões, pelo que uma reorganização desse espaço torna-se fundamental.

2.8.2. Estado e uso do edificado

Maior parte do edificado apresenta-se num estado de conservação razoável. Nota-se que os proprietários pouco investem na conservação do seu património. O que compromete o edificado de alguma qualidade arquitectónica, sendo fundamental uma política de conservação do estado do edificado.

Uso do Edificado Área de Estudo - Piso Público

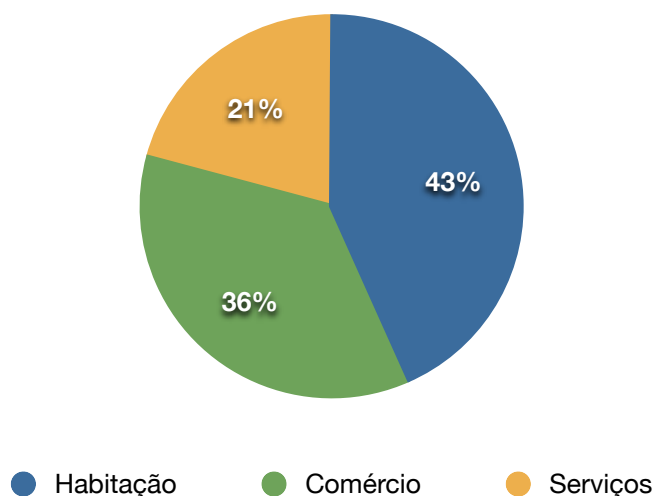


Gráfico 1 - Uso do edificado no piso público (piso térreo)

No piso térreo as principais funções são o comércio e serviços. Essa é a tendência que foi acontecendo ao longo dos tempos e que deve ser estimulada. Nos edifícios onde exista uma ocupação ao nível do piso público de habitação pode encontrar na alteração de uso - para comércio ou serviços - um bom ponto de partida para a valorização do imóvel.

Verifica-se ao nível dos pisos intermédios, a tendência para o abandono em termos ocupacionais, devido ao estado de conservação dos mesmos. No entanto verifica-se que os imóveis em mau estado de conservação mas que tem no piso térreo serviços ou comércio tem a assimetria de estarem razoavelmente bem conservados nos pisos comerciais ficando os restantes pisos completamente ignorados. Repensar a forma de ocupação e apropriação do pode ajudar, através de contrapartidas entre a C.M.A., o proprietário e o inclino, a garantir investimento para uma requalificação do imóvel.

Estado de conservação do Edificado

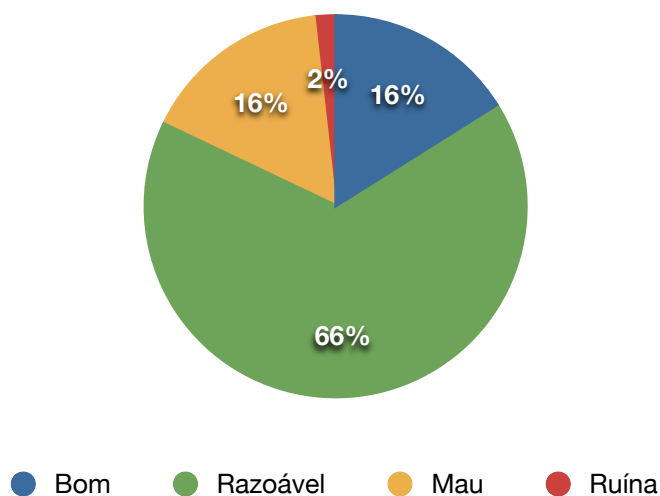


Gráfico 2. - Estado de conservação do edificado

Outrora uma zona preferencialmente residencial, principalmente por senhores abastados, a zona do largo de São João apresenta hoje um contexto de comércio / serviços, sendo poucos os fogos habitacionais. De facto, alguns dos imóveis apresenta-se numa situação de quase abandono se não se fizer qualquer coisa ao nível de requalificação dos usos. A tendência nas ultimas décadas é a ocupação dos pisos térreos para comércio e serviços e os pisos superiores para habitação. Segundo a análise efectuada 66 % dos edifícios na zona de intervenção está num estado de conservação razoável e 16 % apresenta-se em bom estado. Numa forma geral o que é mais pertinente em termos do estado do edificado são os edifícios que nunca sofreram manutenção desde a sua construção e que apresentam um estado de conservação preocupante.

Uso do Edificado - Piso Público - Largo de S. João

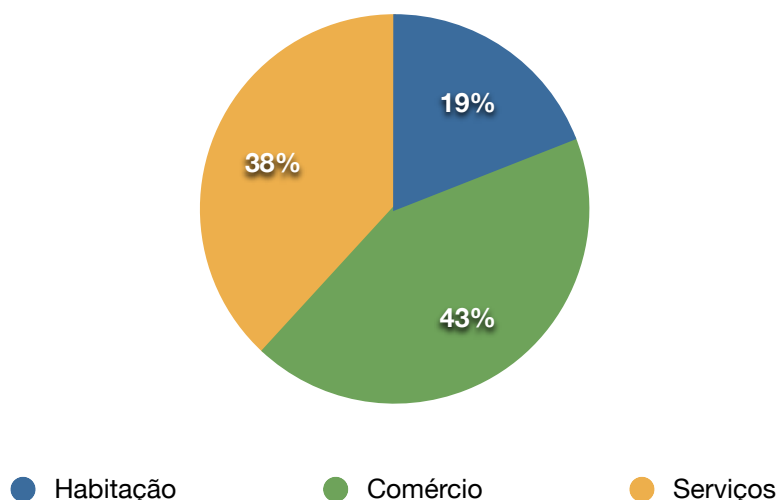


Gráfico 3 - Tipologias de uso no largo de São João

2.8.3. Vias de circulação e de acesso

Fazendo um diagnóstico rápido, o acesso rodoviário dentro do largo é apenas transitório, e existem alternativas; o acesso pedonal está pouco valorizado.

O acesso rodoviário dentro do largo acontece no sentido Oeste em direcção a Este com o objectivo de sair da vila, ou com o objectivo de aceder ao pontos de comércio e ao estacionamento para moradores locais. Não há circulação no sentido oposto, uma vez que esse trânsito já é canalizado para vias de perfil mais apropriado, como é o caso da Avenida da Revolução.

Uma vez que existe uma circular com um perfil de 2 faixas de rodagem em dois sentidos, que escoar o trânsito para quem está de passagem, não faz sentido continuar a promover esse trânsito para o interior da vila. Esse acesso devia estar condicionado aos moradores, a veículos prioritários e de cargas e descargas.

2.8.4. Materiais e tecnologias de construção

Os materiais aplicados nos edifícios na zona de intervenção são os materiais tradicionais de construção à época a que foram feitos. Assim sendo, destaque para a alvenaria mista

revestida a reboco de argamassa de cal aérea e areia, com paredes portantes, principalmente nos edifícios anteriores ao séc. XX.

Destaca-se a aplicação de azulejo no revestimento de alguns edifícios mais notáveis, que precisam de restauro ou substituição na sua maior parte. Nos edifícios construídos a partir de início do séc. XX e até finais dos anos 80 já apresentam alvenaria de tijolo de cerâmica ou bloco de cimento, assente estrutura de betão armado com reboco de cimento, interior e exterior.

A prática de caiar as fachadas em alguns edifícios mais antigos é estimulada pela C.M.A. e praticada por alguns moradores. Nos outros pisos, a substituição dos revestimentos da por elementos modernos, tais como cimentos, resinas sintéticas, pigmentos orgânicos ou argamassas pré-doseadas resultam em alguns problemas: perda da dinâmica de funcionamento da parede (movimentação de água e sais), resultando em fissuras ou destacamentos e a perda do impacto visual. Nesses casos torna-se urgente por um lado a sensibilização para continuar a prática de caiar as fachadas - onde a C.M.A. tem feito um bom trabalho ao distribuir gratuitamente a cal e o equipamento necessário para a sua aplicação - por outro lado estimular a recuperação as fachadas detoriadas pela acção das adulterações.

Nos vãos, regra geral uso de cantaria para as ombreiras, soleiras e vergas nos edifícios mais antigos, verificando-se também em alguns mais recentes. No entanto a tendência é o abandono deste tipo de materialidade em detrimento do reboco em cimento. A fim de manter uma coerência na leitura da imagem aconselha-se sempre trabalhos de cantaria para a caracterização dos vãos.

Em termos de caixilharia os edifícios mais antigos ainda tem algumas soluções em madeira, normalmente pintada de tom escuro (preto ou verde) ou branco. As construções mais recentes tem caixilharia em alumínio lacado, de cor branco ou cor escura. Algumas construções apresentam alumínio com outro tipo de acabamentos (escovado ou anodizado) com a cor característica do material, que não contribui para uma boa leitura de conjunto.

A C.M.A. não permite a utilização de caixilharias em alumínio de cor natural nos projectos que entram para aprovação, embora ainda se veja essa utilização que deverá ser desaconselhada. O mesmo aplicado ao material das portas e janelas. De uma forma geral, substituir alumínio escovado por alumínio lacado de cor branca ou escura (em verde, castanho ou preto), por madeira pintada com o mesmo padrão de cores ou em PVC.

Nas coberturas, predominância de telhados de cumeeira com 2 ou 4 águas, com telhas de cerâmica, apresentado em alguns edifícios mansardas. A manutenção das coberturas é prática não usual ou quase inexistente. Maior parte das telhas apresentam vegetação invasiva por acção da má manutenção e limpeza dos telhados, que por sua vez criam retenções de água que agravam os casos mais graves.

No espaço público é generalizado o uso de calçada portuguesa de pedra calcária ou basalto de forma generalizada. Algumas vias de circulação automóvel usam também blocos de pedra de basalto de maiores dimensões.

2.8.5. Infra-estruturas

As infra-estruturas apresentam uma excelente qualidade no fornecimento de água e electricidade e nos serviços de telefone e televisão por cabo. No entanto, existe problema na distribuição da cablagem exterior descaracterizando a leitura da paisagem urbana. O mesmo acontece com as várias antenas de televisão, algumas já sem uso, que surgem um pouco por todos os telhados.

A montagem de aparelhos de ar condicionado nas fachadas é uma situação que vai aparecendo em alguns edifícios também. A criação de uma galeria técnica ao nível do subsolo para a instalação de todo o sistema de rede e cabo pode resolver esta questão.

A obrigação legal de colocar os contadores de água, gás e luz no exterior das habitações tem contribuído para uma descaracterização das fachadas, principalmente nos casos onde a dissimulação não é feita de todo, ou quando colocados, interrompem elementos importantes da fachada como os socos ou a leitura da estereotomia das fachadas.

2.8.6. Práticas sociais

No que diz respeito as práticas sociais assistimos ao largo de São João como o principal palco - é de resto uma das grandes razões que sustentam a tese de que de facto é a praça pública de Alcochete.

Assistimos na mais importante festa popular da vila - as festas do Barrete Verde e das Salinas - á transformação do largo de São João como um género de sala de visitas á vila. Nessa altura ficam asteadas as bandeiras dos principais patronos e patrocinadores das festas e o largo é a plateia dos eventos musicais, no palco que é montado em frente á Igreja Matriz. Em todos os grandes momentos que são assinalados na vila - As Festas do Barrete Verde e das Salinas, o Círio dos Marítimos, Festas de São João ou as comemorações do 25 de Abril - é montado um placo em estrutura de madeira encostado ao murete da Igreja.

Muitas vezes esse palco salta de festividade em festividade, ficando em algumas ocasiões montado enquanto se espera pelo próximo evento.

Assiste-se também, com naturalidade, aos rituais da Igreja - o casamento, os baptizados, as procissões, as missas e outras, onde o adro da igreja tem importância, sendo o espaço de recepção aos crentes e aos curiosos.

2.8.7.Tabela comparativa

De forma a condensar toda a informação acerca das questões funcionais e estruturais do largo de S. João apresenta-se o quadro seguinte. Dentro dos pontos chave abordados procuramos sinteticamente com este quadro estruturar os elementos positivos e menos positivos e a partir daí sugerir estratégias de intervenção.

Pontos Chave	Aspectos Positivos	Aspectos a melhorar	Estratégias de Intervenção
Percepção de Conjunto e sistema funcional	• Enquadramento perspectico da Igreja Matriz • Limites marginais generosos para a sustentação da categoria de praça	• Cércua abaixo da média • Estrangulamento das vias pedonais. • Circulação automóvel desnecessária. • Desenquadramento da função espacial da estátua do Padre Cruz. • Escala excessiva do pedestal da estátua do Padre Cruz	• Aumento de cércea em alguns edifícios. • Reestruturação posicional da estátua do Padre Cruz. • Reestruturação dos eixos viários.
Estado e Uso do Edificado	• Edifícios de alguma qualidade • Tendência para o uso de comércio ao nível do piso térreo em alguns edifícios.	• Abandono e desinteresse pelo edificado • Desvalorização na manutenção do edificado de qualidade. • Desvalorização funcional do edificado ao nível do piso público.	• Propostas de generalização da actividades de comércio e serviços ao longo do piso público. • Proposta de manutenção e re-habilitação dos edifícios existentes.
Vias de Circulação e Acesso	• Fácil acesso á frente ribeirinha. • Ponto de chegada para que entra na vila vindo dos concelhos periféricos através da auto-estrada.	• Manobras complicada por parte dos transportes públicos	• Reestruturação de entradas e saídas do largo nas vias de acesso. • Valorização de eixos pedonais.

Pontos Chave	Aspectos Positivos	Aspectos a melhorar	Estratégias de Intervenção
Materiais e tecnologias de construção	• Uso materiais mais nobres como o azulejo no revestimento em alguns edificios de qualidade. • Política de distribuição gratuita de cal para caiar. • Os materiais aplicados ajudam á identidade do lugar.	• Adulteração dos materiais de revestimento nas fachadas. • Detoriação de elementos das fachadas. • Coberturas em mau estado devido a falta de manutenção • Tendência para o abandono de soluções de cantaria para os vãos • Caixilharia e portas / portadas em alumínio escovado de cor natural que foge a uma boa leitura de conjunto.	• Recuperação do revestimento das fachadas com materiais adequados e duradouros. • Substituição de sistemas de telhados em más condições. • Limpeza e manutenção das coberturas que o assim o exijam. • Substituição de alumínio escovado por alumínio lacado ,por madeira ou PVC, de cor branca ou escura (preto, verde, castanho)
Infra-Estruturas	• Excelente acesso a rede pública de águas e esgotos	• Rede eléctrica ou de tv-cabo funciona quase toda no exterior. • Antenas exteriores • Aparelhos de ar condicionado nas fachadas • Falta de suporte e deficiência do existente para as futuras tecnologias de informação por cabo (cablagem exterior)	• Criação de uma galeria técnica para toda a infra-estrutura de rede e cabo. • Dissimulação dos painéis de contadores de serviços de agua luz ou gás. • re-colocar equipamentos de ar-condicionado para fora das fachadas.

Pontos Chave	Aspectos Positivos	Aspectos a melhorar	Estratégias de Intervenção
Estrutura Funcional	• Vários espaços de esplanada para uso social. • Localização de funções fundamentais, como a banca e o comércio. • Existência de uma zona de estar com bancos • Existência de um ponto de informação municipal	• Zonas de esplanada ou banca estrangulam a passagem de peões em conjunto com a rua que atravessa o largo - Rua João de Deus. • Existência do vazio da intercepção da Rua Comendador Estevão de Oliveira com a Rua João de Deus (ruas que geraram o largo)	• Reestruturação das zonas de explanada em conjunto com os eixos viários. • Criar amplitude ao espaço removendo o espaço que sobra da intercepção das ruas que formaram o largo, criando um espaço uno e amplo. • Recolocação ou reestruturação da “praça” de taxis.
Práticas Sociais	• As festas e romarias passam todas pelo largo de S. João valorizando a sua dimensão social • Sede do poder político (C.M.A.) • Sede do poder religioso (Igreja Matriz) • Zona de festividades para público em massa como eventos musicais ou de dança por exemplo.	• a configuração actual do largo não é propício para os eventos de massa pois estrangula-se funcionalmente. • O palco montado sistematicamente no mesmo local em estrutura de madeira.	• propor um espaço fixo para a localização de um palco e espaço para o público.

Quadro 2 - Resumo dos aspectos positivos e menos positivos do lugar e estratégias de intervenção

3.Casos de estudo e análise comparativa com o objecto de estudo

Para complementar o estudo efectuado procurou-se referências de intervenções efectuadas em espaços similares ao do objecto de estudo. Entre as várias intervenções realizadas são destacadas três que tem como suporte alguns dos objectivos propostos para a praça no largo de S. João.

3.1. Largo de Sansão, Coimbra.

O largo de Sansão, em Coimbra, é talvez o caso mais flagrante em termos de exemplos de caso de estudo, pois trata-se da transformação da tipologia de largo em praça, tal como o objectivo que é proposto nesta dissertação. Destaque para a importância do desenho urbano na caracterização do espaço e da forma como o mesmo une os elementos dispostos no largo. De um forma simples e eficiente, a estereotomia do pavimento une todo o espaço num exercício de desenho urbano, sendo um dos aspectos mais importante que se retira como referência .

Outros aspectos importantes são a marcação clara com base na diferença de cotas no adro da igreja - com dois degraus - que mantém a unificação do espaço como um todo mas marca a divisão do espaço exterior que pertence á igreja e do espaço exterior que pertence ás pessoas. Devido a forma irregular do largo, é de importância relevante a marcação de um centro geométrico - através da fonte de água de forma circular - que regula espacialmente todo o espaço da praça

O largo de Sansão em Coimbra trata-se o espaço público que esta directamente associado ao Mosteiro de Santa Cruz, elemento catalisador do tecido urbano. O mosteiro de santa cruz é um ponto fundamental do contexto urbano da zona, atestada pelo conjunto do traçado das principais vias locais, pelo traçado da rua direita, principal saída para norte, mas também pelas ruas do corvo, da louça e da moeda, formam um imenso leque que se abre em direcção ao rio. (Monumentos, Setembro de 2006)

A importância deste espaço e do mosteiro que se apresenta neste contexto sobe de relevância quando se verifica a formação do centro cultural mais original e pujante do principio da nacionalidade. Neste caso especial, torna-se peculiar a evolução que o largo

sofreu ao longo dos tempos. Devido a sua proximidade com o rio Mondego, e com as consecutivas cheias, foram-se criando ao longo dos séculos sucessivos aterros. No séc. XVI subia-se 5 degraus para chegar entrar no Mosteiro, em 1796 descia-se para entrar na Igreja. Isto veio alterar por completo toda a dinâmica e fluxos da relação da igreja com a sua envolvente, isto porque se deslocou transversalmente o eixo que articulava esse sistema, ou seja, toda a dinâmica de traçado que se reproduzia para o exterior, a partir da axialidade do espaço de culto. (Monumentos, Setembro de 2006)



O largo de Sansão - Antes - e a Praça 1º de Maio - depois
Fonte: Largo: Foto Estrela / Praça: Atelier Tavora - Luis Ferreira Alves - 2006

Para resolver a questão da praça pública, a Praça 8 de Maio, e da interacção da igreja com a nova dinâmica que a envolvente tomou ao longo dos tempos, foi convidado o arquitecto Fernando Távora que ficou incumbido da sua remodelação. Nessa altura, o contexto foi a criação do recente curso de Arquitectura da Faculdade de ciências da Universidade de Coimbra, e como forma de assinalar o momento, foram convidados vários arquitectos de renome pelo Eng.º Jorge de Carvalho, consultor urbanístico da autarquia. O projecto avançou em 1992 com uma proposta que apresentava um plano de conjunto com a estrutura base de intervenção na praça, projecto que se estendia também até ao rio Mondego. O única intenção que realmente avançou foi a praça 8 de Maio, mas o plano serviu posteriormente para regular as futuras intervenções no espaço envolvente.

Tendo como base uma área chamada de “Bota-Abaixo”, uma zona de quarteirões demolidos, tentou-se criar uma Praça. A ideia foi rebaixar o piso térreo no exterior, para permitir finalmente o acesso a Igreja, resolvendo assim a questão da diferença de cotas na

periferia da praça. Para a questão da resolução espacial, estabeleceu todo o sistema de composição ditada pelo próprio espaço de Santa Cruz: todas as linhas do traçado se orientam para o centro do altar-mor.

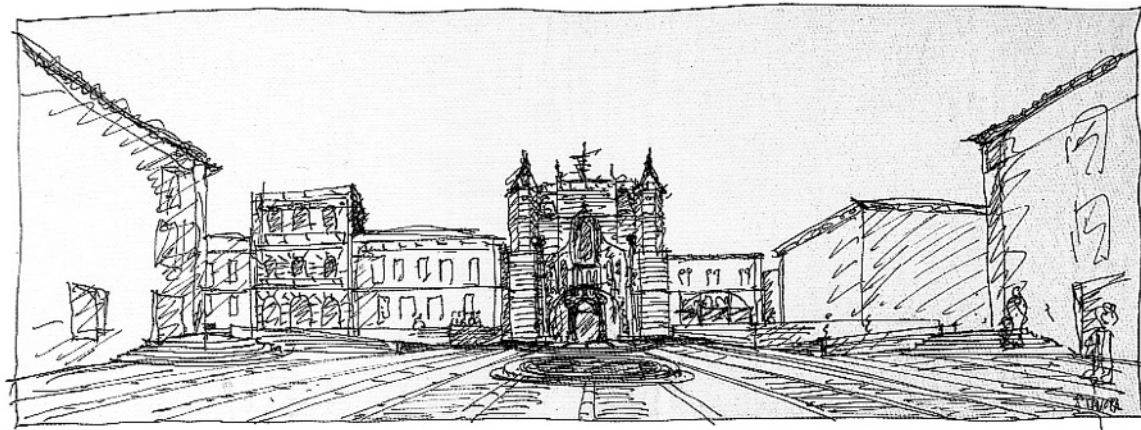


Figura 19 - Esquisso da proposta para a praça 8 de Maio.
Fonte: Atelier Tavora - Luis Ferreira Alves - 2006

O grande unificador da proposta de Távora foi o desenho e a composição geométrica. Com o centro bem definido através do desenho de um círculo central materializado de forma diferente agarra a imperfeição formal da envolvente dando um novo sentido ao espaço transformando-o então por força do desenho numa praça

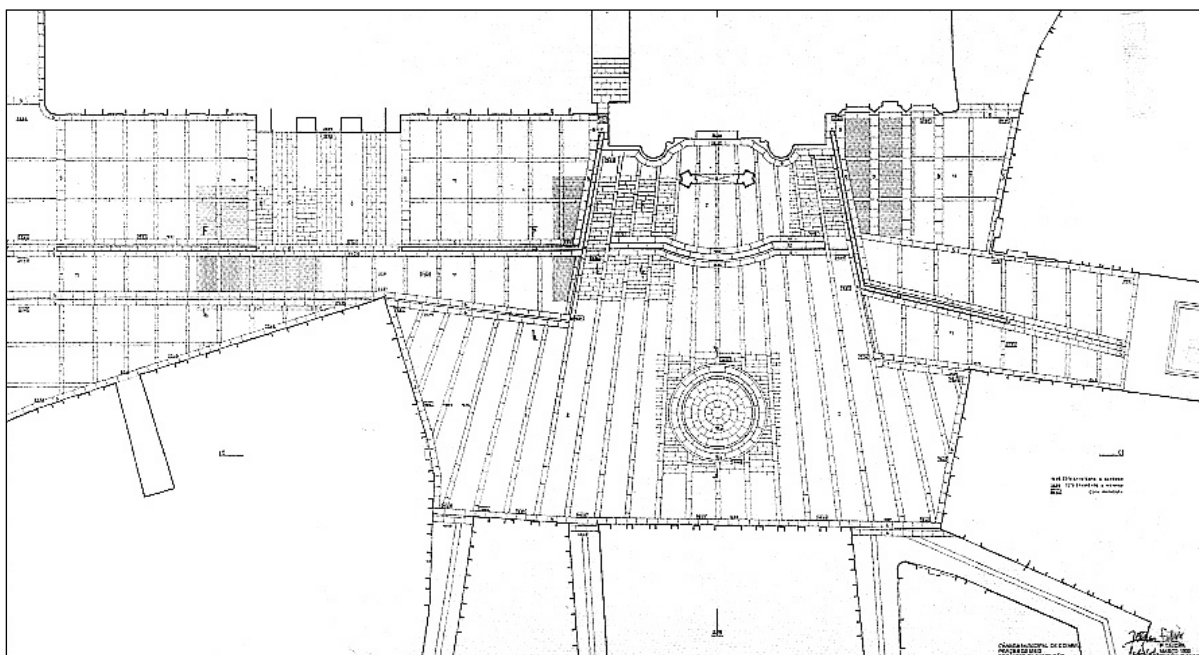


Figura 20 - Planta da proposta para a praça 8 de Maio.
Fonte: Atelier Tavora - Luis Ferreira Alves - 2006

3.2.Reabilitação da Praça Garibaldi - Cantú, Italia

Em termos de conceito de intervenção a proposta para o praça de Cantú em Itália segue as mesmas linhas que no projecto do largo de Sansão. Destaca-se no entanto a diferença de abordagem no que diz respeito a caracterização do pavimento. Enquanto que no largo de Sansão há incidência forte no uso de um padrão no caso da praça de Cantú optou-se pela materialização uniforme apostando num material único - o granito preto - apostando mais numa estereotomia discreta em contraponto a uma estereotomia de composição mais visual com um um impacto mais forte.

A praça Garibaldi⁴⁰ fica localizada em Cantú, Italia e é o ponto central da cidade, que fica inserido no Parque Regional de Brughiera, no sopé dos pre-Alpes.

Este projecto é o resultado de um concurso internacional decorrido em 2004 como o objectivo da reabilitação urbana e funcional da praça. Esta praça é um ponto importante cidade e de grande componente histórica para a população local. É um ponto de cruzamentos e de encontros, um lugar que marca a memória histórica desta cidade de 36 000 habitantes que fica na região de Lombardina.

Como em todos os espaços com esta carga social, apresenta uma tipologia de usos baseado no comércio e na habitação, e como tal, com o objectivo de devolver a praça as populações propôs-se este concurso, dividido em duas fases: a primeira que pretendia a organização da hierarquia das vias e uma abordagem preliminar na resolução do espaço, e outra que entra em foco no programa funcional e na caracterização do espaço proposto.

Para além do problema do tráfego automóvel, a configuração da praça apresenta um género de rotunda que cria um afastamento da percepção do utilizador, retirando também o protagonismo da torre da Basílica de S. Paolo, que data do séc. XI.

O tipo de intervenção proposta foi de carácter prático e rápido, cirúrgico e simples. Os autores propuseram uma peça única usando um único material de granito com um declive, que acentua a silhueta da basílica e que resolve e unifica todo o espaço, direccionando o espaço para uma escultura com um jogo de água. Usando estereotomia nas lajes de granito, diferenciam o espaço para peões do espaço para automóveis.

⁴⁰ Margens e Confluências - Revista Semestral, Escola Superior Artística do Porto - Extensão de Guimarães: Porto, 2005

Com a ajuda de um agrónomo revitalizaram o parque verde, substituindo as árvores existentes.

Muito importante foi a manutenção da memória colectiva, mantendo na exacta mesma localização a *edicola*, uma banca de jornais muito importante para a memória dos habitantes locais. Esta nova sintetização do espaço permite a multifuncionalidade para a realização de eventos, como feiras, festas ou concertos, resolvendo a questão da praça pública da cidade de Cantú.

A proposta foi realizada pelos arquitectos Roberto Cremascoli, Edison Okumara e Marta Rodrigues e as sus equipas.

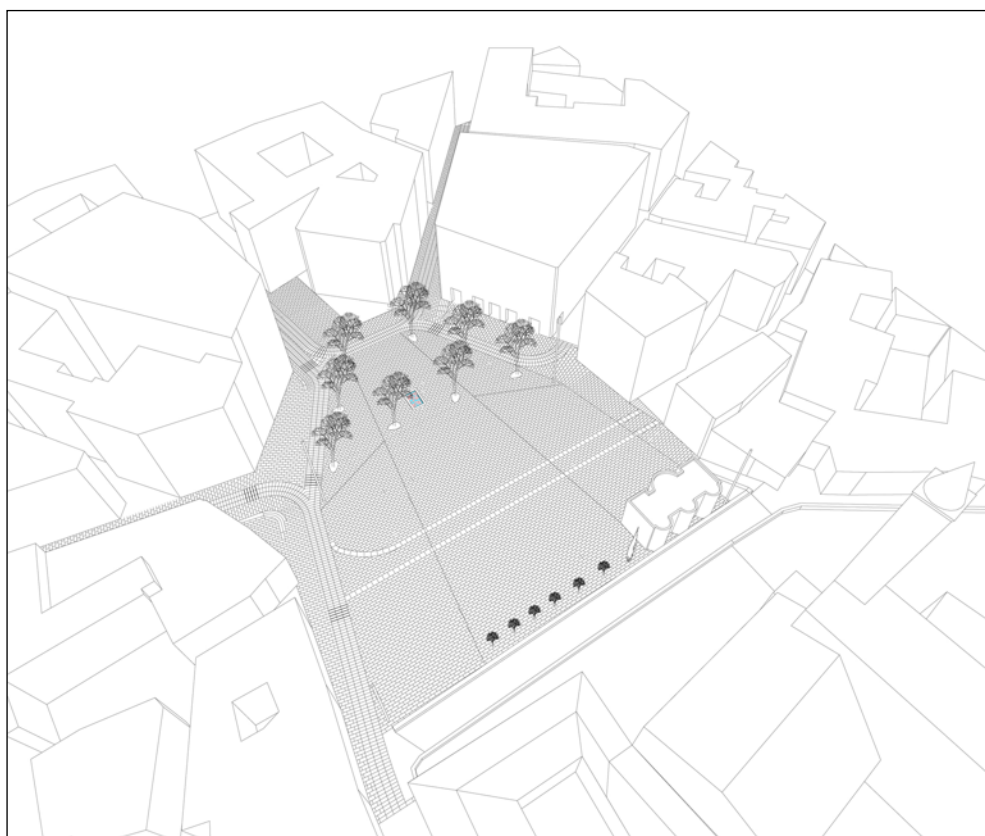


Figura 21 - Simulação 3D da praça Garibaldi em Italia
Fonte: Cremascoli, Okumura, Rodrigues, arquitectos

3.3.Reformulação da Praça José Afonso - Setúbal

O exemplo da praça José Afonso em Setúbal destaca-se a implantação de uma equipamento fixo composto por um auditório ao ar livre com anfiteatro substituindo uma

tendência generalizada do uso de um palco móvel sempre que era necessário nas festas locais. Esta particularidade também se repete no largo de São João com a montagem periódica de um palco de madeira em frente á igreja, como já foi referido. O exemplo de Setúbal é um óptima solução e de visão estratégica pois propõe algo que respeita as praticas sociais locais de forma prática e eficiente, denotando do espaço de um equipamento público de qualidade e que sempre será solicitado.

Neste projecto para a Praça José Afonso em Setúbal pretende-se reformular um terreiro que serve de espaços para as festas da cidade.⁴¹

A zona é rodeada de habitações operarias com volumetria de 1 a 2 pisos e enquadrado a norte pela Av. Luisa Todi e a sul nascente.

Esta praça estava a ser usada para estacionamento automóvel de forma descontrolada e aquando das festividades havia a necessidade de montagem de um palco, e por isso optou-se pela construção de um espaço definitivo com palco e auditório ao ar livre para 1500 pessoas. O palco tem duplo sentido, para o lado sul tem capacidade para 350 pessoas sentadas e no lado norte tem capacidade para 2.150 pessoas em pé.



Figura 22 - Boca de cena do palco na praça José Afonso em Setúbal
Fonte: skyscrapercity.com

⁴¹ Arquitectura Ibérica: Reformulação da Praça José Afonso, Porto 2001-2004 N. 18 (Jan. 2007), p. [166]-179.

O palco é ladeado por um enorme pórtico que permite a instalação na boca de cena de equipamento auxiliar como projectores e colunas para a realização de eventos. O autor do projecto foi o Arq. Manuel Salgado em colaboração com o arquitecto Marino Frei.

4. Proposta para o largo de S. João: A praça de S. João

Depois de feita a análise sistemática do local chegou-se a conclusões e delinearam-se objectivos a atingir na proposta de intervenção para o largo de S. João.

A proposta apresentada respeita as funções dominantes pré-existentes do largo de S. João. Assim, tal como acontece agora, existe um espaço para estar, um espaço para contemplar a memória, um espaço polivalente/multi-usos e o espaço religioso.

Na proposta optou-se pela distribuição do espaço não só através da caracterização do pavimento mas pontoando-o com elementos verticais, através de estruturas em madeira com forma de cubo que, para além de marcarem as zonas de esplanada, sustentam uma estrutura que permite abrir e fechar painéis de lona, servindo assim de tapa-sol. Como são unidades amovíveis dão ao espaço mais versatilidade.

A praça apresenta-se sobre o eixo paralelo aos planos marginais dominantes, na direcção nascente / poente.

Para resolver e integrar a Igreja Matriz , com uma orientação diferente aos eixos da praça e sobre um plano mais elevado, optou-se minimizar a cota elevada onde assenta, criando uma escadaria de acesso em toda a volta, permitindo entrar nesse espaço em qualquer ponto da envolvente.

O eixo da entrada do templo foi devidamente destacado através da aplicação de um material diferenciado no pavimento. A mesma solução foi aplicada para marcar a entrada do edifício dos Paços do Concelho.

4.1.Objectivos e programa

Com base na análise da zona de intervenção chegou-se aos seguintes objectivos a atingir:

Uniformização e re-distribuição do espaço público.

A configuração actual da praça em termos funcionais no seu espaço público não está devidamente uniformizada. Exemplo disso, como já foi referenciado, é a relação da estátua e

do poço com a via automóvel que atravessa o largo ou a configuração das zonas verdes existentes. Assim, com base numa nova abordagem geométrica para o local propôs-se uniformizar o espaço publico a delinear de forma expressiva as várias funções programadas.

Re-enquadramento dos elementos da memória (estátua do Padre Cruz e poço de S. João).

Ao apostar numa nova configuração do espaço publico consequentemente apostou-se numa nova configuração geométrica. Como tal, elementos pré-existes fixos tais como o poço de S. João condicionam a proposta e os outros elementos são re-adaptados e inseridos na nova configuração. Tanto o poço como a estátua são elementos relacionados com a memória do local pelo passa por objectivo estratégico enquadrar estes elementos entre si e entre a proposta geral.

Re-formulação das vias de acesso automóvel.

Nas vias de circulação automóvel há dois objectivos fundamentais a atingir: minimizar a via que passa no largo e condicionar o seu acesso; redirecionar o transito automóvel como consequência da supressão da via que atravessa o largo junto á Igreja Matriz.

Valorização dos eixos pedonais.

Criar um fluxo de circulação pedonal orientado apostando por exemplo na composição da estereotomia do pavimento ou marcação de eixos horizontais ou verticais que estimulem e marquem o percurso pedonal.

Re-habilitação do espaço para eventos polivalentes.

A aplicação do conceito de *espaço vazio*. Para evitar ser apenas um vazio, apostar na preparação desse espaço para receber eventos tais como instalações interactivas ou outros eventos do género, surgindo um espaço com um palco que fique dissimulado mas que possa surgir sempre que necessário.

Proposta para a uniformização das frentes urbanas

Trata-se de uma proposta de correcção de cérceas e de vazios através de uma proposta de delimitação. O conceito passa por não aplicar uma fórmula matemática ou rígida para delimitar as cérceas mas sim encontrar um equilíbrio de bom senso para uniformizar as frentes urbanas, sugerindo também uma correcção ao nível das paletas cromáticas.

Sintetizando, o programa funcional da praça tem os seguintes pontos chave:

- Zona de explanada (na localização das zonas de explanada existentes)
- Espaço verde com assentos
- Zona polivalente com palco hidráulico.
- Zona de trânsito automóvel condicionado
- Espaço memória (estátua do Padre Cruz, e poço de S. João com um chafariz como elemento de memória á água)

4.2. Forma e geometria

O espaço da praça pública proposta assenta sobre o eixo ponte-nascente pois geometricamente é eixo dominante que garante uma maior rentabilidade do espaço. Desde o plano marginal a poente até ao plano marginal a nascente são cerca de 100 metros o que torna este espaço um espaço de excepção, quer pela sua dimensão quer pela sua centralidade na vila de Alcochete. É de facto, um dos maiores espaços urbanos livres que a vila tem.

A forma irregular e trapezoidal obriga a um mecanismo que regule todo o espaço e por isso optou-se pelo uso da estereotomia do pavimento para regular essa vertente. Exemplo disso é a faixa circundante com 2 metros de largura que remata toda a proposta e que delimita de forma clara os limites da praça.

O eixo que marca o centro da praça é direccionado ao portal da Igreja Matriz, o que reforça a organização espacial nessa direcção e marca a entrada do templo.

Na Igreja Matriz optou-se por manter a forma geométrica do plano pelo qual esta assente mas moldando-o á geometria da praça com o objectivo de se enquadrar correctamente no desenho da mesma. Assim sofre uma alteração junto ao portal do templo de forma a fazer a continuidade da praça até á sua empena, tornando-a então o plano marginal da praça localizado a nascente.

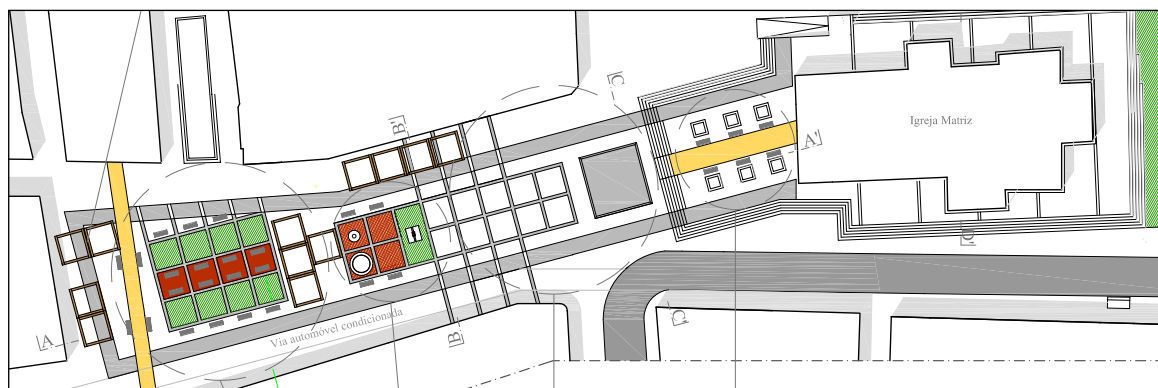


Figura 23 - Planta da proposta para a praça de S. João.
A geometria da praça fica expressa pela faixa de 2 metros que circunda o espaço.

4.3. Pavimento e Estereotomias

Para o projecto da praça de S. João o tratamento do pavimento tem um destaque especial na concepção dos vários sub-espacos funcionais. O motivo pelo qual a estereotomia do pavimento é importante deve-se pela ajuda que dá na regularização da forma trapezoidal do largo e da sua irregularidade geométrica.

Os materiais utilizados no projecto são os materiais que tipicamente configuram o espaço público em Alcochete, tais como bloco de calcário, bloco de basalto e em algumas zonas o tijolo burro. A calçada portuguesa, com bloco de calcário ou basalto constitui a principal configuração do solo na proposta apresentada.

Toda a plataforma da Igreja Matriz tem no seu pavimento as pedras provenientes das antigas sepulturas que rodeavam a mesma. É pedra de calcário que nas obras de requalificação realizadas nos anos 40 do século passado e foram cortadas em peças rectangulares (aproximadamente 50 cm x 20 cm), picadas na superfície para criar um aspecto áspero e rústico. Propõe-se a utilização desse material na envolvente da igreja.

No pavimento foi marcado duas entradas em dois edificios importantes: o edificio dos Paços do Concelho e a Igreja Matriz. Para tal, é utilizado um material diferenciado em relação ao resto, utilizando bloco de pavimento em betão de cor amarela.

Na estereotomia do pavimento fui usado um modelo quadrangular de 4 m x 4 m, com arestas constituídas por alinhamento de três blocos de basalto (~15 cm x ~15 cm que dá uma

aresta com uma espessura de aproximadamente 45 cm) e que se expande em algumas zonas até aos limites dos planos marginais para destacar e fazer a transição em algumas zonas.

Algumas destas quadriculas reguladoras são preenchidas ou com bloco de calcário (vidrado) montado em calçada portuguesa ou, em alguns casos, relva ou tijolo burro aplicado em pavimento. As zonas que possuem tijolo burro no pavimento é o espaço central da zona de estar, entre os bancos de acento e no enquadramento do poço de S. João com o bebedouro que simboliza a memória da água. O objectivo é através da diferenciação do material aplicado destacar estas zonas importantes.

Como remate do edificado é usado bloco de calcário de dimensões 30 cm x 50 cm na junta de rodapé, tanto do edificado como noutros elementos tais como o palco de elevação hidráulica ou as vias de circulação automóvel e a escadaria junto a Igreja Matriz.

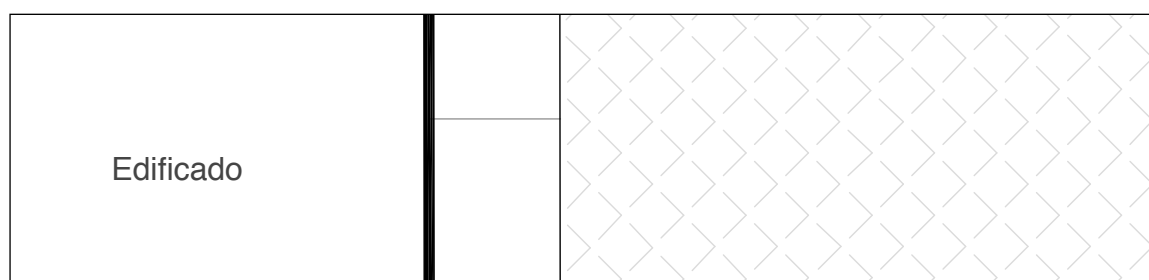


Figura 24 - Limite entre a calçada e o edificado na praça de S. João
O limite é delimitado através de blocos de pedra calcária.

4.4. Funcionalidades e espaços programados

4.4.1. O enquadramento da Igreja Matriz



Figura 25 . Fachada da Igreja Matriz com os bancos e a arborização.
O espaço não é apenas o adro da igreja, com a proposta passa a ser um lugar para o uso dos utentes, mantendo a sua função de entrada no templo.

A Igreja Matriz de Alcochete encontra-se orientada no sentido poente-nascente e apresenta-se sobre uma pequena inclinação do eixo orientador da proposta.

Apresenta-se sobre uma plataforma a uma cota mais elevada da cota de soleira dos edifícios, e com um único ponto de acesso localizado no largo de S. João.

Um dos principais desafios da proposta é fazer a intercepção desta duas forças de eixos oblíquos entre si, de forma a que a Igreja tivesse uma participação mais directa no espaço que é projectado, atenuando também a diferença de cotas.

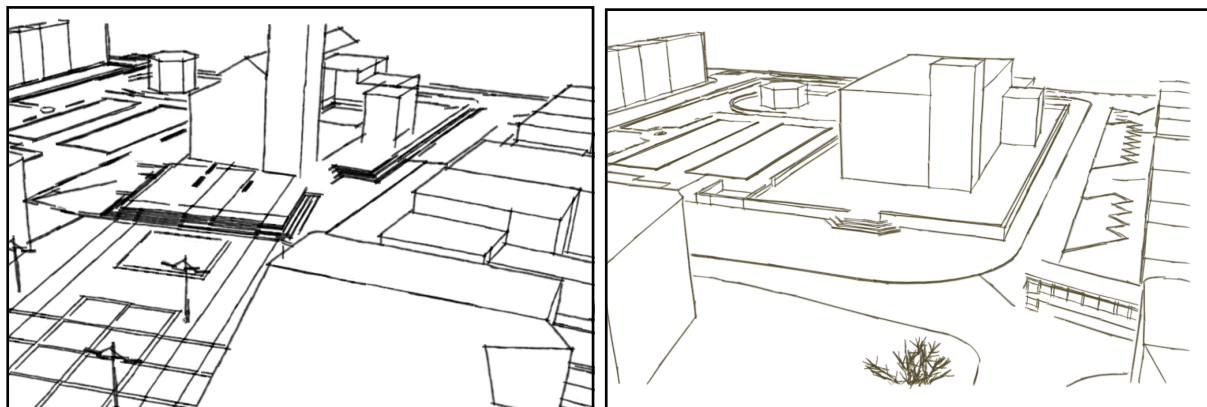


Figura 26 - Estudo do enquadramento da Igreja Matriz

Para contornar esta condicionante criou-se uma escadaria em toda a volta da plataforma e recortou-se a mesma de forma a que, quem olhe para a igreja do interior da praça em direcção do templo, tenha uma noção de continuidade. Consegue-se também aceder á igreja e *entrar* na praça em qualquer ponto em redor.

A estereotomia do pavimento faz o acompanhamento visual: as riscas que marcam o pavimento ao logo da praça acompanham a escadaria terminam junto á fachada da Igreja, ficando o utente com a noção completa dos limites da praça.

Marcou-se a entrada do templo aplicando no piso uma lista de material diferenciado com blocos de cimento para pavimento de cor amarela.



Figura 27 - Estudo para a proposta da plataforma da Igreja Matriz

No adro da igreja foi proposto uma dinamização transformando um espaço que normalmente é um *vazio*.

Para além da passagem destacada com bloco de cimento de cor amarela, também é proposto um espaço para sentar com quatro bancos em alumínio e sombreamento por arborização. Os postes de iluminação foram estrategicamente colocados para ajudar a centralizar o portal da igreja e enquadrar a mesma na proposta geral.

4.4.2.O espaço memória

As duas principais referências da *memória* cultural que existem na praça ficaram localizados num espaço centralizado e destacado: o poço de S. João e a estátua do Padre Cruz. Este espaço faz transição da zona de *repouso* e o espaço multi-usos. Com esta localização apenas se reorganizou o a tendência já existente no local.

4.4.2.1. Estátua do Padre Cruz

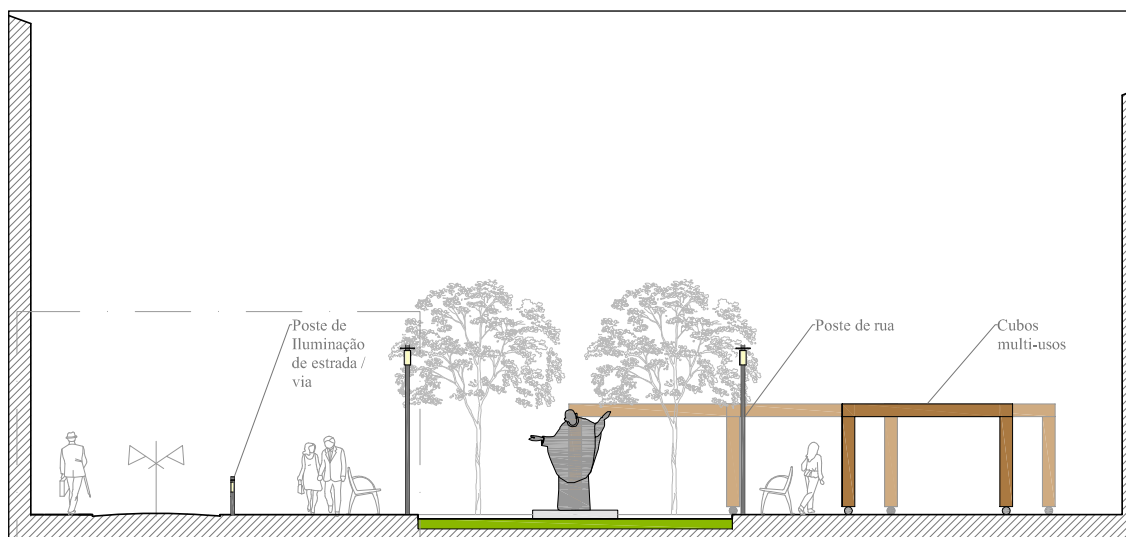


Figura 28 - Corte com a estátua do Padre Cruz

A estátua do Padre Cruz fica enquadrada na estereotomia do pavimento assente numa materialidade diferente e com destaque -relva- e dialoga directamente com a Igreja Matriz. Este dialogo faz-se através da forma como o padre Cruz está representado: de braços abertos para o seu público (originalmente a estátua foi feita com base numa fotografia enquanto o

mesmo dava mais uma das suas missas na Igreja Matriz de Alcochete). Tem uma carga simbólica importante. Desta forma o suporte em relva permite que os crentes continuem a depositar flores e oferendas junto da estátua, como acontece actualmente.

4.4.2.2. Poço de São João e memória á água

O poço de São João fica inserido numa das quadrículas reguladoras com interior diferenciado com tijolo burro aplicado em pavimento, enquadrado numa estrutura circular com tampo de vidro acrílico que permite visualizar o seu interior.

É ladeado com pedra calcária de 30 cm x 50 cm com corte circular. A sua frente (a norte), na quadrícula seguinte - com a mesma materialidade - um bebedouro de água como referência á água que ali tantas vezes foi utilizada naquela fonte.

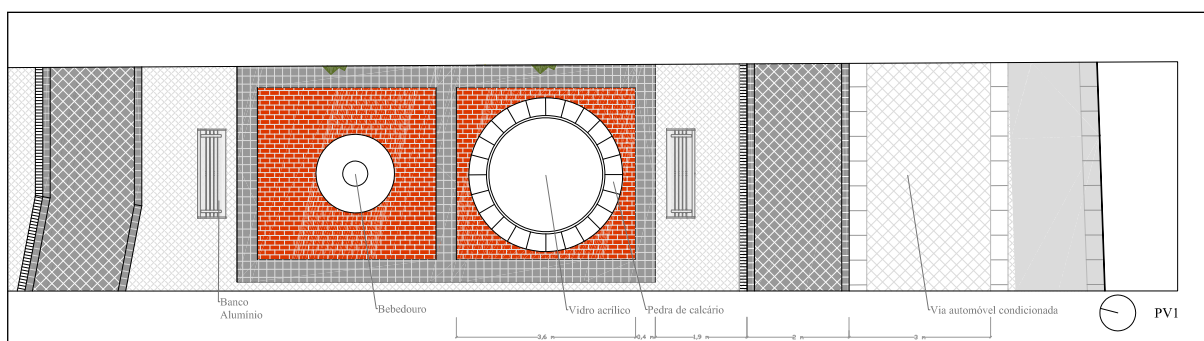


Figura 29 - Pormenor do pavimento praça de S. João
Ao centro o bebedouro e o poço de são João enquadrado em pavimento com tijolo burro.

4.4.3. Cubos-esplanada

Para uma uniformização das zonas de explanas é proposto um sistema de sombreamento modular em madeira com forma *cubica* com arestas revestidas de pinho, com 30 cm x 30 cm e altura de 2,4 metros que suporta um sistema de lona que pode ser aberto ou fechado para controlar o sombreamento. Este sistema ajuda a uniformizar as zonas de explanas e funciona também como elemento que marca o espaço na sua tridimensionalidade, marcando alguns

planos que podem ser importantes, como por exemplo zonas de passagem, zonas de comércio, e similares.



Figura 30 - Cubos-esplanada com sombreamento ajustáveis.
Podem servir como marcadores do espaço e funcionam como quebra tridimensional.

Estes *cubos* tem a vantagem de poderem ser movidos através de um sistema de rodízios, empurrados por duas ou três pessoas. Desta forma, em casos excepcionais quando exista a necessidade de *arrumar* o espaço para a realização de eventos especiais (como por exemplo espectáculos musicais no palco hidráulico), os *cubos* podem ser movidas e re-organizadas.

Embora a função principal seja a uniformização do espaços para explanada, estes cubos são versáteis pois podem servir também para outras funções: marcação de espaço para feiras, quiosques, pontos de venda, ou similar.



Figura 31 - Simulação dos cubos explanada
Fonte: o autor.

4.4.4. Zona multi-usos com palco hidráulico

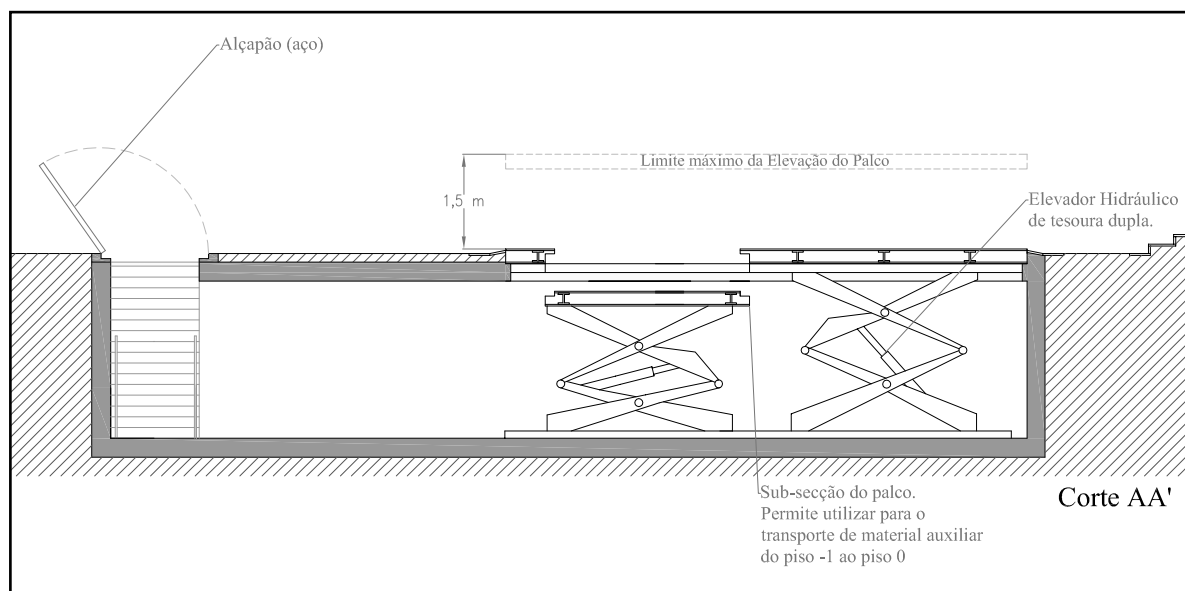


Figura 32 - Corte do palco hidráulico

Na proposta existe uma zona concebida para a realização de eventos de massa, tais como feiras, espectáculos musicais, espectáculos de desporto, conferencias, palestras e eventos locais de vários tipos. Esta zona tem um destaque particular nos eventos tradicionais de Alcochete, nomeadamente nas festas populares da zona. Muitos dos eventos tradicionais passam pelo largo de São João e pelo palco amovível que ao longo dos tempos se vai sempre montando em frente da igreja.

Assim sendo, a existência de um palco fixo com sistema hidráulico permite substituir o habitual palco amovível que é instalado todos os anos nas épocas festivas.

A vantagem de ser um palco hidráulico é que permite *aparecer e desaparecer* na praça e desta forma só se manifesta quando for necessário.

Sendo feito de aço de alta resistência, pode servir para qualquer evento musical em qualquer festividade, pode receber a fogueira que é realizada pela comemoração do feriado municipal dedicado a S. João e tem versatilidade para muito mais eventos.

Em caso de eventos mais completos o mesmo se eleve a cerca de 1,5 metros do nível do solo para concertos ou eventos de maior assistência.

O palco tem forma quadrangular com dimensão de 8 metros de aresta, com hidráulicos de dupla tesoura que elevam uma plataforma de aço de alta resistência. No sub-solo existe uma área técnica e uma área de arrumo que permite arrumar equipamento adicional tal como escadas de acesso, painéis protectores e equipamento adicional. O acesso faz-se por uma escada dissimulada no pavimento através de dois alçapões em aço.

4.4.5. Espaços verdes

O largo de São João foi outrora um espaço ajardinado. Analisando as fotos antigas podemos encontrar uma configuração ajardinada com bancos e o busto do padre Cruz (substitutivo por uma estátua na mesma zona) na segunda metade do séc. XIX. Parte dessa estrutura foi alterada com a introdução da estatua no do plano pela qual ela assenta, alterando essa estrutura ajardinada. O que sobrou foram os bancos e os recortes dos canteiros, sem qualquer tipo de qualificação na inserção urbana.

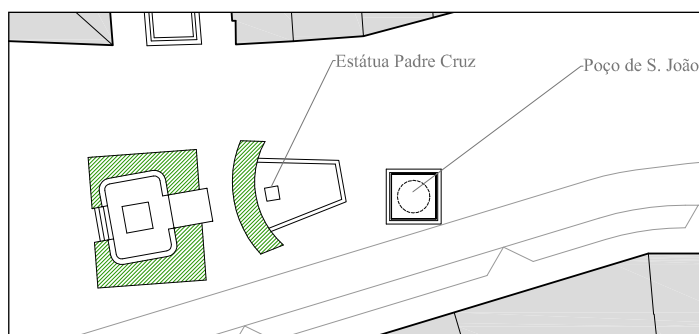


Figura 33 - Localização da estátua do Padre Cruz sobre o pedestal.
O espaço verde existente é o resultado da alteração da estrutura jardina que existia antes da colocação da estátua.

Pretendeu-se reconstruir uma zona ajardinada com acentos como parte programática da praça e dessa forma propôs-se uma estrutura quadricular, articulada com a o conjunto da proposta onde é instalado bancos sombreados pela arborização que neste momento existem, propondo-se uma re-plantação das espécies que apresentarem condições para tal distribuindo-as na nova estrutura apresentada. Desta forma re-utiliza-se a arborização existente.



Figura 34 - Bancos inseridos e estrutura ajardinada no início do séc. XX
Ao fundo, a Igreja Matriz e o busto do Padre Cruz
Fonte: João Marafuga em <http://praidosmoinhos.blogspot.com>



Figura 35 - Zona de estar.
No centro pavimento com tijolo burro par diferenciar o espaço

Manteve-se a tendência inicial de um corredor central e uma pavimentação com bloco de tijolo burro. Os bancos são de alumínio.

4.5.Vias de circulação

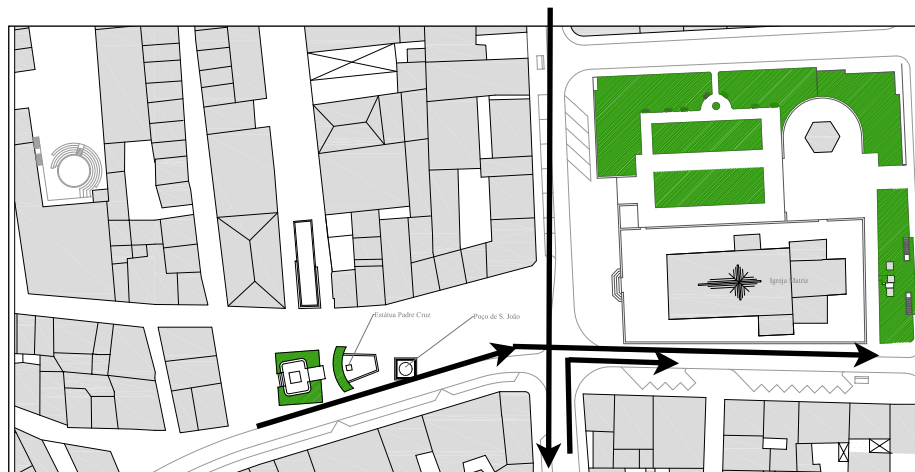


Figura 36 - Sentido do trânsito com a configuração actual

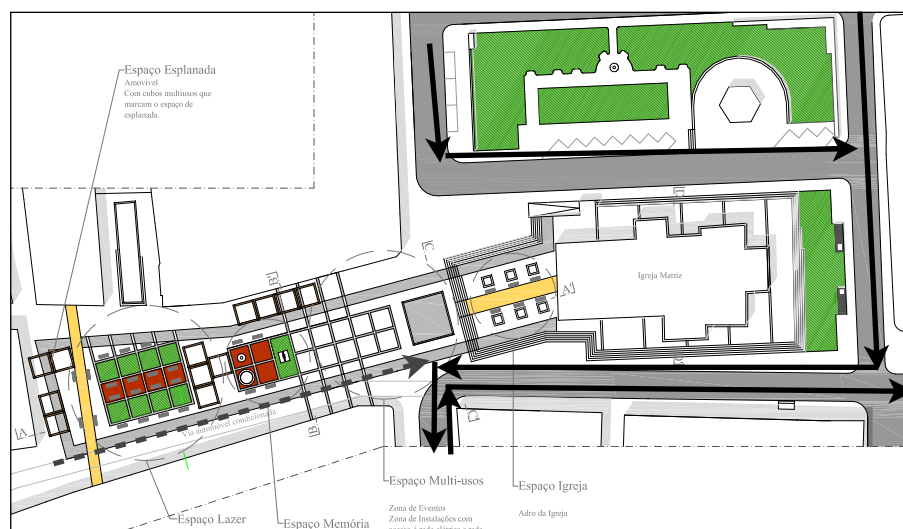


Figura 37 - Sentido do trânsito na proposta de intervenção.
A tracejado o sentido de circulação condicionada.

Pela existência de uma circular externa em Alcochete a circulação de trânsito de passagem deve ser evitada. Como se verifica, maior parte dos usos do largo de S. João são o comércio e os serviços, não só no piso público como numa grande parte dos casos, nos pisos

seguintes. Uma proposta de condicionamento do trânsito automóvel devia ser aplicada e permitir apenas a circulação de residentes e cargas e descargas.

Assim, o impacto visual que actualmente a rua João de Deus tem no encurtamento do espaço (pela diferenciação de cor e diferença de cota) é contornado usando a mesma materialidade da generalidade da proposta. Para diferenciar os dois espaços, usa-se uma densidade maior na via automóvel utilizando blocos de calcário com dimensões de 15 cm x 15 cm e utilizando bloco de calcário com 30 cm x 50 cm como lancil, variando a diferença de cotas em apenas 5 cm.

A circulação de transportes públicos sofre uma pequena alteração para os autocarros que entram provenientes de nascente. É suprimida secção da rua Padre Cruz que passa em frente da Igreja Matriz, o que permite duas coisas: evitar o corte que a rua padre cruz fazia entre a Igreja Matriz e o restante espaço publico e resolver a questão do transito de autocarros, desviando então do seu percurso normal. Em vez de passar em frente da igreja, passa a fazer o percurso por detrás da mesma, através de uma nova via no largo Almirante Gago Coutinho.

Os eixos de circulação pedonal mantêm-se intactos sem alterações preservando os pontos de entrada e saída tais como existem.

4.6.As frentes urbanas e o edificado

A uniformização das cérceas do edificado é uma solução importante para manter uma coerência na leitura do lugar. Sendo assim, propões o acerto em alguns edifícios, propondo um aumento de cércea.

Como foi verificado na análise feita, é predominante a existência de edifícios com 2 pisos, completando na sua maioria com mansarda. A mansarda dá uma volumetria um pouco maior a um edifício de 2 pisos daquilo que é habitual. Assim o que se propõe é a existência de um limite de cércea que pode ser usado para a construção / remodelação de um edifício, com o critério de ser no máximo, em termo gerais, a moda da cércea do frente urbana a requalificar. Em termos especificas esta premissa pode e deve ser alterada para evitar algumas

discrepância. Assim sendo, prevalece a regra de que deve existir uma uniformização das alturas dos edifícios em todo o seu conjunto.



Figura 38 - Proposta de limite de cércea e correcção cromática
Alçado existente (em cima) e alçado com proposta (em baixo) de correcção cromática e proposta de limite de cércea para futuras construções (tracejado a vermelho)

No edificado existente que não sofra alterações propõe-se a recuperação e substituição de alguns elementos fundamentais:

- Substituição das coberturas em más condições
- Substituição das caixilharias em mau estado por novas em materiais como a madeira, alumínio lacado ou PVC de cor escura ou em branco.
- Substituição do revestimento das fachadas em situações de clara deterioração
- Recuperação dos revestimentos em azulejo cerâmico

Outro problema detectado em alguns edifícios é a colocação de aparelhos de ar condicionado, contadores de água ou gás e outros elementos dissonantes na fachada, o que interfere com imagem de frente urbana. Deve-se encontrar soluções para colocação dos

aparelhos de ar condicionado fora das fachadas, de preferência nas traseiras ou nos logradouros de forma a que sejam dissimulados.

4.7. Infra-estruturas

Quase todo o edificado existente apresentam as cablagens estruturas eléctricas de passagem no exterior para o interior, o que torna um elemento dissonante na paisagem urbana. Propõe-se a construção de uma galeria técnica que deve passar junto do edificado no sub-solo que permita a passagem de todas as estruturas de cablagem e a sua manutenção. Deverá ter dimensão suficiente para permitir a passagem de novas estruturas ou a substituição de antigas, com galerias técnicas em zonas estratégicas.

Compreende-se que a tarefa de *encobrir* toda a cablagem não é uma situação simples, tendo em conta que poderá ser necessário a abertura de furos ou roços do exterior para o interior do edificado, no entanto terá de ser algo altamente estimulado.

4.8. Usos e práticas sociais

Na questão dos usos e das praticas do dia-a-dia destaque para o equilíbrio que será necessário entre a prioridade da praça fase a prioridade dos actores da mesma. Existem três condicionantes pensadas para que se maximize a proximidade das pessoas á praça: o corte ou condicionamento do transito automóvel; o limite da pratica comercial que invada a praça (toldos, bancas, quiosques e similares); a organização das esplanadas com os *cubus-esplanada* em relação ao espaço que possa ser necessário para outros eventos de maior destaque.

Assim sendo, podemos inferir as seguintes directrizes:

- A circulação automóvel na praça é condicionada sendo permitido apenas a circulação de veículos dos moradores, de cargas e descargas, veículos de emergência e veículos municipais quando se justifiquem.

- A utilização de bancas exteriores, toldos e publicidade não é permitida com excepção de depositores de produtos nos pontos de comércio de conveniência, desde que permitam uma livre circulação de peões com um distanciamento mínimo de 1,8 metros⁴² até ao limite da via de circulação automóvel que lhe seja paralela ou aparentemente paralela.

- Todos os espaços de esplanada devem utilizar os cubos-esplanada como elemento fundamental, garantido o sombreamento e uniformizando essas unidades ao longo do espaço. As mesmas devem ser dispostas junto aos estabelecimentos que possuam as esplanadas. Devem ficar afastadas da fachada numa distância mínima de 2 metros para permitir uma circulação de peões. É permitido encostar *cubos-esplanada* de forma a aumentar o espaço disponível para esplanada num número máximo de 2 no sentido perpendicular à fachada dos edifícios, com excepção nos espaços em que o contrário não seja previsto. Não é permitido instalar *cubos-esplanada* junto as fachadas que possuam via automóvel em que se verifiquem estrangulamento da passagem de peões ou veículos. Os cubos-esplanada são amovíveis e em caso de eventos de massas devem ficar configurados para maximizar o espaço disponível para os peões (concertos musicais, festividades, palestras e similares).

- Os proprietários que possuam pisos comerciais / serviços no piso térreo e que ignorem a manutenção de todo o imóvel devem sofrer coimas. Deve ser incentivado o investimento do imóvel por completo de forma a valorizar o mesmo e a paisagem urbana. Admiti-se a participação das entidades públicas para este efeito.

4.9. Iluminação pública na praça de S. João

A iluminação do espaço é efectuada utilizando três tipos de equipamento de iluminação: iluminação geral, iluminação de fachada e iluminação de via ou estrada.

Todos têm de ter um impacto mínimo na configuração geral da proposta e ajudar a compor o espaço, estando perfeitamente enquadrado com o mesmo.

Sendo assim, para a iluminação geral optou-se pela utilização de postes de iluminação de forma cilíndrica, de cor neutra (preto ou cinza) enquadrado ao máximo na estereotipia do pavimento.

⁴² Distância que permite a circulação em paralelo de duas cadeiras de rodas.

Os mesmos difundem a luz de forma uniforme em todas as direcções suportados por um painel superior de forma circular, com um raio de que funcionada como reflector em direcção ao solo. Tem uma altura mínimo a de 4 metros e um raio de iluminação de 10 metros.

Para a iluminação de via ou estrada - iluminam as vias destacáveis junto ao Paços do Concelho e a Igreja Matriz e as vias de circulação automóvel - optou-se pela mesma base dos postes de iluminação geral, com a diferença de possuírem uma altura mínima de 0,90 m e um foco de luz direccionado numa abertura máxima de 180° em direcção ao solo.

Para a iluminação da fachada dos paços do concelho, da Igreja Matriz e da estátua do Padre Cruz optou-se por luz de solo com foco direccionado para os objectos a iluminar.

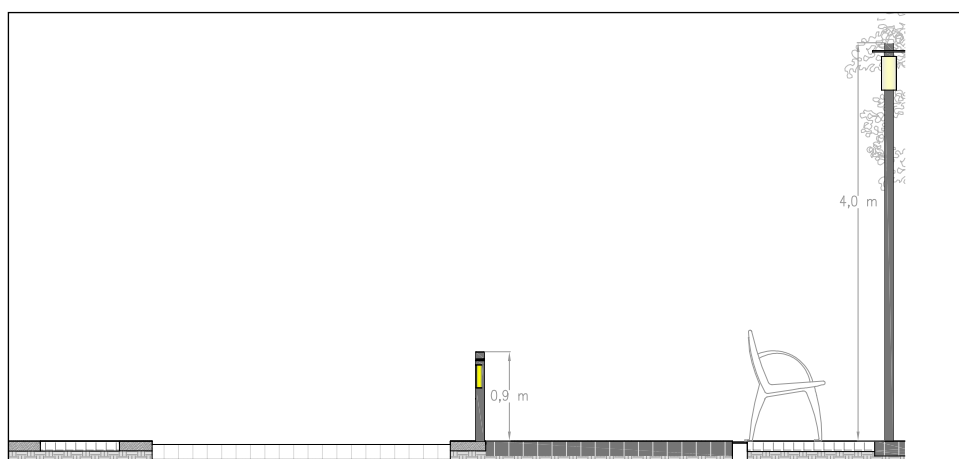


Figura 39 - Corte com os dois dos principais tipos de postes de iluminação
O mais pequeno para iluminação de via; o maior para iluminação geral.

4.10.Outros espaços

Outros espaços foram considerados na realização do projecto da praça. O largo da revolução, a poente, antecede a praça de S. João e é um elemento importante que resulta da intercepção de duas ruas, sendo um espaço que funciona como ante-espaço, ou como espaço de recepção. Optou-se por caracterizar com a linguagem existente na proposta principal, através da estereotomia, marcando e dissimulando as duas vias existentes com uma materialidade que ajude uma leitura mais uniforme através da uniformização material - nas

vias vidrado de calcário branco de ~15cm x ~15 cm; no passeio vidrado de calcário branco de ~8 cm x ~8 cm.

Outro espaço que tem alteração é o largo Almirante Gago Coutinho, a norte da Igreja Matriz. O jardim existente no largo, que data dos anos 60 do séc. XX, já tinha sofrido uma alteração em termos da flora existente no decorrer do ano de 2009, sendo completamente substituída por relvado e algumas espécies de árvores novas. Aproveita-se então esse facto - uma vez que a única condicionante para intervir aqui seria a manutenção das espécies arborizadas existentes - para resolver a questão da passagem de trânsito para quem chega à vila de Alcochete de nascente. Quando antes esse percurso era feito passando em frente à igreja, agora é desviado por uma estrada que passa ao lado da mesma, rematando o jardim do largo Almirante Gago Coutinho.

4.11. Quadro-resumo das mais-valias da proposta

Item programático	Principais características		Mais-valias da proposta
	Contexto pré-existente	Contexto da proposta	
Enquadramento e composição geométrica.	• Forma trapezoidal do largo com estereotomia no pavimento com objectivo de criar alguma regularização geométrica. • Alguns elementos urbanos tem uma relação geométrica entre si incoerentes: o poço de S. João, a estatua do padre cruz, os bancos e as árvores.	• Regularização formal através da estereotomia do pavimento: existência de uma faixa que circula o espaço dando coerência e sentido. • Re-enquadramentos dos elementos urbanos com base da composição geométrica da proposta, tais como o poço de S. João e a envolvente da Igreja Matriz. • Re-localização e reestruturação da estátua do Padre Cruz centralizando-a na proposta.	• Percepção clara dos limites da praça, permitindo uma maior apropriação do espaço
Vias de circulação	• Via automóvel que atravessa o largo de S. João com uma utilização frequente. • A rua Padre Cruz atravessa o largo pela frente da igreja.	• Via automóvel que atravessa a praça de S. João com uso condicionado e integrada de forma a uma leitura de conjunto que permita um destaque menor.	• Menos utilização automóvel e consequentemente maior estímulo para a utilização humana, com a ampliação do espaço disponível.

Item programático	Principais características		Mais-valias da proposta
	Contexto pré-existente	Contexto da proposta	
Zona de estar.	• Existência de um espaço ajardinado resultante de intervenções realizadas no passado que possui um sistema de bancos circular, pouco qualificado no ponto de vista da inserção no espaço. • Sombreamento com base em arborização • Bancos de madeira ou pedra.	• Enquadramento de uma zona de estar dentro da geometria da proposta geral, com sombreamento gerado por arborização e bancos de alumínio. • Zona de relva e arborização com o objectivo de criar um espaço mais fresco.	• Definição clara da zona de estar permitindo um destaque diferenciado e qualificado para tal • Design mais atractivo, funcional e ergonómico dos bancos.
Zona de Esplanada	• Esplanada instalada ao critério dos proprietários dos estabelecimentos	• Uniformização da zona de esplanada através de <i>cubos</i>-esplanada amovíveis.	• Espaço mais versátil uma vez que existe um dinamismo associado as zonas de esplanada • O espaço torna-se mais agradável quando aplicado uma uniformização com um impacto visual positivo.

Item programático	Principais características		Mais-valias da proposta
	Contexto pré-existente	Contexto da proposta	
Espaço memória	• Estátua do Padre Cruz que está colocada sobre um pedestal inserido num contexto que actualmente não é válido. • Poço de S. João, peça inamovível e consequentemente inserido conforme o que foi construído.	• Estátua do Padre Cruz no centro geométrico da proposta. • Proposta considerando a localização do Poço de São João, fazendo um enquadramento geométrico coerente. • Colocação de um elemento de memória á água com a introdução de um bebedouro.	• Aglutinação dos elementos da memória num único contexto • Diminuição do impacto exagerado do pedestal da estátua do Padre Cruz.
Igreja Matriz	• Sobre um palanque com cota superior á cota de soleira (1 metro) com 1 único ponto de acesso no largo de S. João.	• Alteração do palanque colocando uma escadaria geral que permite o acesso em qualquer ponto do espaço envolvente.	• Libertação do espaço permitindo entrar no palanque e na praça em qualquer lado, permitindo uma integração completa com a praça e com a envolvente directa.

Quadro 3 - Quadro resumo das mais-valias da proposta de reabilitação do largo de S. João

5. Conclusão

Intervir no espaço histórico não deve ser a estimulação de devolver uma *postalização* de um tempo que passou. É sim intervir com base nos moldes actuais com o objectivo de manter uma coerência que tenha haver sobretudo com a identidade local, salvaguardando aquilo que realmente são os ícones comemorativos da memória.

Num primeiro plano a proposta de intervenção desta dissertação foi no espaço do espaço histórico e central. Mas de que forma essa condição condicionou a praça de S. João ?

De facto a fronteira entre intervir nos *centros históricos* e no restante espaço da cidade deve ser muito ténue, com pena de a proposta apresentada ser não uma ideia contemporânea, eficiente e prática mas tornar-se numa proposta conservadora, saudosista e ineficiente. Se a proposta da presente dissertação fosse num aglomerado de um tempo mais breve a atitude teria sido a mesma. Na verdade, dentro de tudo o que foi escrito e tabelado nas cartas internacionais e o que é defendido pelos principais especialistas no assunto das centralidades históricas (antigas) há que sublinhar os seguintes aspectos: respeitar o lugar e o local; respeitar a memória e as tradições; integrar e inovar. De facto, são basicamente estas premissas que devem ter uma relevância maior em qualquer intervenção nos espaços antigos. Mas nada mais. Não deve haver medo de propor segundo os tempos onde se está inserido - desde que se respeite sempre a vivência e o espírito do local.

Num segundo plano a proposta de intervenção desta dissertação foi no espaço *largo*, para propor uma *praça*. A história mostra que as praças surgem em contexto muito precisos. Na Europa a praça não surgia em contextos fora de um contexto social, política, económica ou urbana evidente e concreto: um adro de uma igreja, um mercado semanal, duas ruas que se interceptam, uma *praça* de armas. Há portanto um razão, um motivo ou uma necessidade para criar uma praça. Qual a diferença entre um largo e uma praça? Na definição das duas palavras quase nada. Morfologicamente apresentam algumas diferenças. Ambos são o resultado do espaço vazio em contraponto ao espaço edificado. No entanto, um largo não tem a complexidade de relações que uma praça possui, sendo quase sempre o resultando do espaço

que sobra da intercepção de duas ou mais ruas sem a necessidade de uma atenção especial ou uma regularização ao nível da forma e do programa. Daí, apresentem uma configuração diferente, quer ao nível da escala, quer ao nível do enquadramento urbano.

Morfológicamente, a praça é o resultado do vazio delimitado pelo privado, que cunha a memória colectiva e a actividade pública das populações. É na praça que se troca os produtos, é na praça que se aplica o poder (a praça medieval possuía o pelourinho), onde se organizava as festas, onde se dá as palestras, onde se marcam os encontros. De resto, desde a antiguidade até aos nossos tempos muito pouco se alterou em relação a função social da praça pública.

Como resultado da investigação tomada conclui-se que a praça pública está em falência nos dias de hoje. O avanço da tecnologia de comunicação e a pressão imobiliária do capitalismo coloca os espaços públicos para uma nova realidade, e o conceito da praça pública tem de mudar.

Com isto tudo existe dissimulada em Alcochete uma praça com nome de largo. Podemos apontar o largo de São João como o único de dois grandes espaços público em Alcochete do núcleo histórico, ambos bem assimilados pela população. Mas a importância que o largo de São João tem no contexto urbano de Alcochete não está correctamente contextualizada no ponto de vista da sua configuração. É a consequência da apropriação do espaço conforme o tempo e uma óptima justificação para ajustar, apurar a programar este espaço.

O método utilizado para o diagnóstico caracterizador do espaço permitiu assimilar e conhecer o espaço de intervenção de uma forma simples. A realização das fichas de diagnóstico permitiu a tradução cartográfica e de fácil compreensão para se perceber, através dos dados estatísticos, os principais vectores e áreas de abordagem. Permitiu perceber, por exemplo, qual a volumetria dominantes, onde funcionam os espaços comunitários (a esplanada, a igreja, o café, a rua, a estátua, os assentos, o poço) e reorganizar tudo com a forma da composição- desenho urbano e programar de forma a manter os mecanismos já existentes que foram cimentados ao longo dos tempos.

Criou-se um programa funcional para o largo de S. João e deu-se a cunha de praça pública.

A assimilação por parte da população de que ali é o espaço público de Alcochete já era evidente faltando então ter a atitude necessária para o tornar concreto nesse aspecto.

A importância da praça no desenho urbano torna-se relevante no contraste que existe entre o espaço público e o espaço privado.

É essencial a criação de sinergias que chamem o público á praça, e nada melhor que aproveitar os centros históricos para tal. Neste contexto preciso, é grande a força que o centro histórico de Alcochete contribui para a leitura do lugar e para a preservação da memória colectiva.

Desta forma, a proposta efectuada mantém o interesse local dos utentes para com o lugar, mantendo as principais sinergias e características fundamentais. Dá uma nova dinâmica com a adaptação do espaço através dos cubos-esplanada e do palco hidráulico, que permite continuar a assistir aos eventos artísticos e musicais com a Igreja Matriz em plano de fundo, sem a necessidade de montar periodicamente um palco de madeira e ferro.

A identidade fica intacta e o espaço é revitalizado, com o traço de praça pública de Alcochete.

6. Bibliografia

AGUIAR, José (2002). *Cor e cidade histórica : estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Fac. de Arquitectura da Univ. do Porto.

AMADO, Miguel Pires (2005). *Planeamento Urbano Sustentável*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

BARBOSA, José Maria da Silva. (1993). *Da praça pública em Portugal* - Dissertação apresentada na Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em artes técnicas da paisagem, Évora.

BRANDÃO, Pedro (2000). *Espaço Público e Interdisciplinaridade*. Material pedagógico elaborado no âmbito do curso de pós-graduação em Design Urbano da Universidade Técnica de Lisboa.

CAMPOS, J. Pedro Machado (1969). *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CHOAY, Françoise (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

COSTA, Eduardo Ramos da (1902). *O Concelho d'Alcochete*. Lisboa: Papelaria e Typographia.

CULLEN, Gordon (2009). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70 (Edição original de 1971).

DIAS, Mario Balseiro (2002). *Círio dos Marítimos de Alcochete*. Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete.

ESTAVAM, Jose (1948). *A restauração da Igreja Matriz de Alcochete*. Análise do Boletim nº 33 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais Lisboa: Couto Martins.

FERNANDES, Gomes (1983) - *Reabilitação dos Centros Históricos - O exemplo da Cidade do Porto*. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Sociedade de Geografia.

GARCIA, Carla (2000). *A praça Pública em Portugal no Contexto do Urbanismo Oitocentista*. Dissertação apresentada na Universidade Lusíada de Lisboa para obtenção do grau de Mestrado em Teoria da Arquitectura, Lisboa.

KOSTOV, Spiro (1992). *The City Assembled*. Londres: Thames and Hudson Ltd..

KRIER, Leon (1999). *Arquitectura: Escolha ou Fatalidade*. Lisboa: Estar editora.

KRIER, Rob (1981). *El Espacio Urbano*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A.

LAMAS, Jose (1988). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, Flávio (1993) . *Património arquitectónico e arqueológico - cartas e convenções internacionais*.Lisboa: Livros Horizonte.

LOURO, João Soares; BRITO, Lucia Gonçalves; FERREIRA, António Mega; SALGUEIRO, Teresa Barata; SALGADO, Manuel; et. al. (2002). *Gestão Urbana – passado, presente e futuro*. Lisboa: Publicação Parque Expo 98, SA .

LYNCH, Kevin (1982). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LYNCH, Kevin (2007). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

NUNES, Luis Santos (1993). *Vila de Alcochete e Seu Concelho*. Lisboa: Silvas C.T.G..

PEREIRA, Maria da Luz Valente (1994). *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana com Preparação Para o Planeamento/Acção da sua Reabilitação*. Lisboa: LNEC.

PORTAS, Nuno (1983). *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando - Programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos”*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

RESENDE, Garcia de. (1902). *Chronica de el-rei D. João II*. Lisboa: ,Escriptorio, 147 rua dos Retrozeiros (edição original de 1545).

RODRIGUES, Jacinto (2006). *Sociedade e Território*. Porto: Profedições.

SANTOS, Helena (1998). *Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana*. Porto: Programa Praxis/FCT - Faculdade de Economia do Porto.

SITTE, Camilo (1926). *Construcción de Ciudades según principios artísticos*. Barcelona: Editorial Canosa (edição original de 1889)

SOUSA, Frei João de (1981). *Vestígios da Língua Árábica em Portugal*. Lisboa: Gráf. Miradouro

TEIXEIRA, Manuel (2001). *A praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte

VAZ, Pedro (2002) - *Reabilitação Urbana - Um modelo de Sustentabilidade*. Tese de mestrado em Arquitectura de Habitação apresentada na Fac. de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Publicações Periódicas

BANDEIRINHA, José António (Setembro de 2006). Fernando Távora, Santa Cruz e o Largo de Sansão, *Monumentos*, n.º 25, 146-153.

Caleidoscópio (2006). Reabilitação - Rehabilitacion, *Arquitectura Ibérica* n.º 12.

Caleidoscópio (Janeiro de 2007). Reformulação da Praça José Afonso. *Arquitectura Ibérica* n.º 18, 166-179.

Escola Superior Artística do Porto (2005). *Margens e Confluências: Um olhar contemporâneo sobre as artes*.

MATOS, Jose Sarmiento de (2006). Baixa Pombalina - Reflexão para a definição de princípios para um plano de Salvaguarda . *Revista de História da Arte*, n.º 2.

Paginas na internet

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2009, 2010). http://www.monumwntos.pt/Monumentos/forms/000_A.aspx

Câmara Municipal de Alcochete (2009, 2010). <http://www.cm-alcochete.pt>.

Praia dos Moinhos (2009, 2010). <http://praiadosmoinhos.blogspot.com>

Impompro (2009, 2010). <http://imprompto.blogspot.com>